



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 1/2022
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 25-02-2022**

“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 1 da Sessão Ordinária de 25-02-2022

LOCAL - Grande Auditório do Centro de Artes e Espectáculos -----

DATA -25 de fevereiro de 2022-----

INICIO - Quinze horas e trinta e três minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira.....PS

1ª SECRETÁRIA - Ana Margarida Pinto da Cunha.....PS

2ª SECRETÁRIA - Júlio César da Costa Loureiro.....PS

MEMBROS - Paulo Henrique Nisa MarianoFAP

Mafalda Reis de AzevedoPS

Rosa Maria da Costa ReisFAP

José Fernando Guedes CorreiaPS

Teotónio Paulo de Jesus CavacoPSD

David Manuel Fajardo AzenhaFAP

Maria Isabel Cardoso Guardão TavaresPS

Patrícia Susana Baía da Costa Colaço Machado e JorgeFAP

Victor Manuel dos Santos MadalenoPS

Edgar José Pedrosa GonçalvesFAP

Célia Maria da Silva MoraisPS

Manuel Fernando Rascão MarquesPSD

José Augusto Fernandes MateusFAP

José Manuel Cunha CarvãoPS

Isabel Cristina Guerreiro Pimentel MaiaFAP

Fausto Fernando dos Santos LoureiroPS

Joaquim Francisco da Silva PereiraFAP

António José Mendes da Fonseca Marques AntunesPS

Adélia Maria Ramos BatataPSD

José António Borges LigeiroFAP

Silvina da Silva Fonseca Anadio de QueirozCDU

António Graça LapãoFAP

Pedro Miguel da Silva Ribeiro JorgeBE

Gonçalo Raposeiro FariaFAP

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da SilvaPS

(Alqueidão) Sónia Margarida Abreu MartinsPS

(Bom Sucesso) Carlos das Neves BatataPS



(Buarcos e São Julião)	Ana Sofia Fadigas Barraca	FAP
(Ferreira-a-Nova)	Susana Maria Rodrigues Oliveira Monteiro	PS
(Lavos)	José Coelho Henriques da Silva	PS
(Maiorca)	Rui Pedro Pinto Ferreira	PS
(Marinha das Ondas)	José Alberto Jordão Suzana	PS
(Moinhos da Gândara)	Gilberto Fajardo Oliveira	PSD
(Paião)	José Alberto da Silva Carvalho	FAP
(Quiaios)	Ricardo Manuel Rodrigues Santos	PS
(São Pedro)	Jorge Aniceto Pimentel dos Santos	PS
(Tavarede)	Fernando António Martins Lopes	PS
(Vila Verde)	Vítor Manuel Gonçalves Alemão	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

SUBSTITUIÇÕES

João Raul Henriques Sousa Moura Portugal por Fausto Fernando dos Santos Loureiro, Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia por António José Mendes da Fonseca Marques Antunes, Clarisse da Silva Ferreira Oliveira por Sónia Margarida Abreu Martins, Rosa Maria Martins Ferreira Baptista por Ana Sofia Fadigas Barraca.-----

COMUNICAÇÃO DE AUSÊNCIAS

João Raul Henriques Sousa Moura Portugal, Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia, Clarisse da Silva Ferreira Oliveira, Rosa Maria Martins Ferreira Baptista.-----

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

O **SEGUNDO SECRETÁRIO** deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, designadamente:-----

«- Convites de algumas coletividades para aniversários e eventos por elas promovidos, onde a Assembleia Municipal se fez representar.-----

- Convites do Presidente da Câmara para o(a):-----

• Assinatura do Auto de Consignação da Empreitada «Reabilitação e Consolidação do Convento de Seiça»-----

• Documentário «Claridade, Uma Viagem nas Origens», da autoria do escritor figueirense Gonçalo Cadilhe-----

Convites conjuntos:-----

- Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna e Centro de Formação da Guarda Nacional Republicana da Figueira da Foz para a cerimónia militar do Juramento de Bandeira do 47.º Curso de Formação de Guardas - Figueira da Foz----



- Convites de:-----
- Junta de Freguesia Moínhos da Gândara para o lançamento do Livro «Orla - À Margem de Um Segredo» de Márcio Jesus-----
 - Junta de Freguesia Buarcos e São Julião para a Cerimónia Religiosa que assinala o Dia de S. Julião, com a participação do Grupo Coral David de Sousa-----
 - MAGENTA para a Inauguração de Exposição de Trabalhos feitos nas aulas de Pintura
 - MAGENTA para a Inauguração de Exposição de Homenagem Póstuma a José Baptista--
 - MAGENTA para Exposição de Pintura de Manuel Cintrão-----
 - Figueira Sabor a Mar para a apresentação do Festival Gastronómico da «Lampreia e Sável»-----
 - Junta de Freguesia de Maiorca para a Apresentação das Obras de Requalificação da Sede da Junta de Freguesia-----

Outra correspondência:-----

- Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião uma nota de desagrado sobre o encerramento do balcão Millennium BCP em Buarcos, da qual demos conhecimento a todos os deputados municipais.»-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Como nenhum cidadão se inscreveu para intervir neste Período de Antes da Ordem do Dia, passaremos de imediato aos assuntos gerais de interesse do Município."-----

3 - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

A - MOÇÃO SOBRE O ENCERRAMENTO DO BALCÃO DO MILLENNIUM BCP, SITO NA RUA 5 DE OUTUBRO, EM BUARCOS E SÃO JULIÃO - SUBSCRITA PELO GRUPO DE CIDADÃOS ELEITORES FIGUEIRA A PRIMEIRA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Ana Fadigas Barraca.
ANA FADIGAS BARRACA: "O Executivo da Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião vem, pela presente, manifestar o seu desagrado pelo encerramento do balcão do Millennium BCP, sito na Rua 5 de Outubro, em Buarcos.-----
Foi com espanto e preocupação que recebemos a notícia, de tal encerramento, apenas três dias antes do mesmo acontecer.-----
Agradecemos, no entanto, o cuidado que o Dr. Fernando Santos, Diretor Comercial do Millennium BCP, teve em nos comunicar, presencialmente, o encerramento do balcão. Lamentamos, contudo, que o tenha feito com tão pouca antecedência.-----
O balcão agora encerrado, encontrava-se na zona mais movimentada de Buarcos, onde



existem supermercados, farmácia, centro de saúde, mercado, restaurantes e uma variedade de comércio.-----

É àquela zona, que as pessoas de Buarcos se dirigem no seu dia-a-dia, para tratarem de vários assuntos e, neste momento, ficaram privadas do seu Banco.-----

Buarcos é uma vila que, durante os meses de verão, duplica o seu número de habitantes. Pela sua localização e proximidade com a praia, este balcão também servia muitos dos que nos visitam nesse período do ano.-----

Desta nossa preocupação e desagrado demos conta ao Banco de Portugal.-----

Juntamos também a esta nota, o desagrado pelo encerramento, mais recente, de uma outra sucursal bancária, desta vez do Grupo Santander. Esta sucursal situava-se igualmente em Buarcos, na Avenida do Brasil. Em ambas as sucursais, para além do encerramento dos balcões, também foram retirados os terminais multibanco.-----

Registamos ainda o encerramento de várias dependências bancárias na zona do Bairro Novo e na Avenida 25 de Abril, tendo deixado os residentes daquelas zonas, assim como os visitantes, sem os serviços bancários, bem como sem acesso a terminais multibanco.-----

Repudiamos a leveza como as instituições bancárias tratam os seus clientes e preocupa-nos a falta de acesso de proximidade a estes serviços, principalmente pelos mais idosos, pelas pessoas com mobilidade reduzida, associado à falta de transportes que servem a nossa freguesia.-----

Solicitamos que esta moção seja enviada para o Banco de Portugal e para os bancos em questão."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Vou votar favoravelmente esta Moção e lembrar que foi a Coligação Democrática Unitária e o Partido Comunista Português quem, primeiramente nesta Assembleia Municipal da Figueira da Foz, se insurgiu contra o encerramento da dependência da Caixa Geral de Depósitos no Bairro Novo e dos terminais Multibanco. De facto, isso deixou a população mais vulnerável, absolutamente desprotegida do ponto de vista de pagamento das suas contas e de levantamento dos seus fundos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Sem querer puxar galhardetes, tenho a impressão que fomos nós que apresentámos aqui nesta casa, há alguns anos, uma Moção de repúdio pela forma como a Caixa Geral de Depósitos se ia ausentar do Bairro Novo.-----
Efetivamente, esta deriva das dependências bancárias dos sítios onde fazem mais



falta é algo que nos preocupa...-----

Obviamente, votaremos favoravelmente esta Moção e também iremos esperar com muita expectativa o sentido de voto do grupo municipal do Partido Socialista porque, há alguns anos atrás, quando nós aqui apresentamos a Moção em relação ao fecho da dependência da Caixa Geral de Depósitos no Bairro Novo, para nosso espanto, o Partido Socialista não se solidarizou connosco. Portanto, espero que agora façam mea culpa e votem favoravelmente esta moção."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Fernando Correia.-----

JOSÉ FERNANDO CORREIA: "Em nome do grupo municipal do Partido Socialista queria, desde já, aquietar a intranquilidade do deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, dizendo-lhe que o Partido Socialista vai votar favoravelmente esta Moção.-----

Nós não temos nada contra, muito pelo contrário, o manifesto institucional de desagrado desta Assembleia relativamente ao encerramento do balcão. E, penso até, que faria algum sentido que a Moção além de ser enviada ao Banco de Portugal também o fosse à administração da própria entidade bancária.-----

Sem prejuízo de subscrevermos a substância, temos uma questão de forma a colocar - a moção está subscrita pelo executivo da Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião. O executivo da Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião não é membro desta Assembleia, e eu acho um tanto estranho que aqui se vote uma moção que não é proposta por um membro seu.-----

Portanto, eu pedia que a Moção fosse subscrita pela representante da Junta de Freguesia, ou por quem se entenda."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "A Junta de Freguesia é representada nesta Assembleia pelos Presidente de Junta de Freguesia ou os substitutos por eles indicados. Portanto, o Presidente da Junta de Freguesia é um elemento desta Assembleia Municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Fernando Correia.-----

JOSÉ FERNANDO CORREIA: "Os Presidentes de Junta têm lugar na Assembleia Municipal enquanto representantes das freguesias como um todo, e não do seu executivo. Por isso mesmo, deixar-nos-ia mais confortáveis que a moção fosse subscrita pela representante da Presidente da Junta de Freguesia."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Não vejo inconveniente no que está a propor, mas para mim enquanto Presidente da Mesa da Assembleia está legal. No entanto, vou perguntar à representante da Junta de Freguesia aqui presente."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----



SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Pensei que ia perguntar qual o entendimento dos outros grupos municipais em relação à intervenção do deputado municipal José Fernando Correia, e ele tem toda a razão. O executivo não é membro desta Assembleia, o executivo até já se queixou junto do Banco de Portugal, portanto, esta Moção deveria ser apresentado pelo grupo municipal do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira nesta Assembleia Municipal,"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Muito sucintamente, concordamos com a questão colocada pelo deputado municipal José Fernando Correia. Ele tem inteira razão e, portanto, concordamos que a moção deva ser apresentada por um membro da Assembleia Municipal da Figueira da Foz."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "Eu ia precisamente colocar essa mesma questão. O próprio Regimento da Assembleia Municipal diz-nos que as moções devem ser pelos seus membros, pelos grupos municipais ou pela Mesa.-----

Achei estranho mencionar-se no e-mail que era uma Moção do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira e, depois, vejo ser subscrita pelo executivo de Buarcos e São Julião.-----

Penso, ainda, que esta Moção deveria na sua parte final apelar a que a Assembleia Municipal fizesse alguma coisa em relação ao encerramento."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Peço desculpa se estou enganado, mas eu continuo a achar que os Presidentes de Junta de Freguesia são membros desta Assembleia Municipal. No entanto, deixo à consideração do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira a subscrição desta Moção pelo seu grupo municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Paulo Nisa Mariano.

PAULO NISA MARIANO: "O que está aqui em causa são os sucessivos encerramentos de dependências bancárias na Figueira da Foz ao longo dos anos.-----

Por isso, deixo dois reptos ao senhor Presidente da Câmara e restantes elementos do seu executivo. O primeiro, seria para tentar convencer as administrações em Lisboa a acabarem com isto. Efetivamente, nós todos sabemos que os bancos já estão outra vez com lucros de centenas de milhões por semestre, e continuam a fechar agências e a mandar mais pessoas para o desemprego.-----

De qualquer modo, ainda temos aqui uma pequena alternativa que, se calhar, seria simpática e eu deixo como segundo repto a todas as pessoas para refletirem sobre o assunto. Noutros tempos, tivemos uma Caixa de Crédito Agrícola da Figueira da



Foz, fundada por figueirenses que eu tive o prazer de os conhecer quase todos, mas, infelizmente, já cá não estão. Entretanto, foi destruída por pessoas conhecidas e para que não fechasse foi absorvida pela Caixa de Crédito Agrícola do Vale do Mondego. Quem sabe, seria uma boa altura de lançar um desafio à Caixa de Crédito Agrícola do Vale do Mondego para abrir mais uma sucursal em Buarcos, mantendo a da Figueira e, com isso, colmatar minimamente todas estas preocupações que me parecem ser comuns a todos nós?!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guerreiro Maia.

ISABEL GUERREIRO MAIA: "Esta Moção foi aceite pela Mesa da Assembleia, no entanto, o Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira não está aqui para criar um problema, mas sim, uma solução e, naturalmente, se a solução consensual é ela ser apresentada pelo nosso grupo municipal, assim faremos.-----

Por outro lado, gostaria de dar conta que, posteriormente, ao envio desta Moção, a Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião endereçou o mesmo texto à administração do Millennium BCP. A sua resposta aponta naturalmente, como nós sabemos, as condições económicas em que nos encontramos e, concretamente, as do setor bancário. Também sabemos que tem sido estratégia encerrar dependências quando haja agências bancárias num raio de 30 quilómetros. Esta estratégia não é, de modo algum, intervencionada pelo Banco de Portugal, porquanto, a sua função é ser Regulador. Nós queremos, de facto, mostrar que a Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião necessita desta agência para melhor servir os seus munícipes, e pedir para haver compreensão, dentro das possibilidades, e que o conseguíssemos juntos.-----

Independentemente de estarmos aqui a discutir o Regimento, o Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira vai ser a solução e assumir esta Moção."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Pedia-lhe que assinasse a Moção, à qual será acrescentada a proposta do seu envio aos Bancos de Portugal, Millennium BCP e Santander."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção de desagrado pelo encerramento do balcão do Millennium BCP, sito na Rua 5 de Outubro, em Buarcos, bem como, de muitas outras dependências bancárias recentemente extintas, apresentada pelo grupo municipal do



**Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, e dela dar nota aos Bancos de Portugal, Millennium BCP e Santander, uma vez que esta última entidade bancária também encerrou recentemente uma dependência na Av.ª do Brasil.-----
Deliberação aprovada em minuta.-----**

**B - PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO "PELA REGIONALIZAÇÃO" - SUBSCRITA PELO BLOCO DE
ESQUERDA**

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "Como se deve organizar administrativamente um Estado para diminuir as desigualdades entre os territórios? Para se obterem respostas mais adequadas a um desenvolvimento harmonioso do país é ou não necessário criar um outro nível de decisão administrativa subnacional, entre Estado central e municípios?-----

Quem elaborou a Constituição de 1976 deu resposta a estas questões, estipulando no artigo 237.º que «a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais». E no artigo 238.º que «as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas».-----

As disposições constitucionais sobre as regiões administrativas nunca foram concretizadas. O país conhece os efeitos nefastos da excessiva centralização da administração estadual e as autarquias sentem de forma muito intensa o desperdício económico, as ineficiências, as desigualdades territoriais e sociais, o enfraquecimento da democracia que daí decorrem. A descentralização de competências para as regiões administrativas é um imperativo democrático, uma condição necessária a uma justa distribuição de recursos pelo território e à redução das desigualdades regionais que têm causado graves disfunções económicas, sociais e ambientais.-----

A relação direta entre a existência de regiões administrativas e um desenvolvimento económico e social mais inclusivo é uma das principais conclusões do relatório «Decentralisation and Regionalisation in Portugal» publicado pela OCDE em 2020. E o XXV Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) realizado em dezembro último aprovou uma resolução em que considera fundamental a criação de regiões administrativas, como contributo para a correção de desequilíbrios territoriais e para o reforço da cidadania.-----

Para além do processo em curso de transferência de competências do Estado para os municípios, que tem merecido de muitos municípios justas reticências, é absolutamente necessário concretizar a criação das autarquias em falta: as regiões



administrativas. Para se avançar para um país menos desigual, para a promoção do desenvolvimento regional, da coesão social e territorial, para o fortalecimento dos serviços públicos locais, para criar uma escala regional de participação democrática das populações, para um maior escrutínio das políticas públicas locais, para responder a nível local aos desafios da emergência climática, para combater o desperdício financeiro e diminuir o gasto público.-----

Assim, a Assembleia Municipal da Figueira da Foz reunida em sessão ordinária em 25 de fevereiro de 2022, delibera:-----

- Manifestar mais uma vez a necessidade de implementar as Regiões Administrativas previstas no Capítulo IV do Título VIII - Poder Local da Constituição da República Portuguesa;-----

- Recomendar ao Executivo Municipal que aprofunde o seu empenhamento na criação das Regiões Administrativas, estimulando o esclarecimento e a participação popular através de debates e outras formas de mobilização cívica."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Patrícia Colaço Jorge.

PATRÍCIA COLAÇO JORGE: "Creio que hoje, depois de todos estes anos, estamos em condições de voltar a refletir sobre a criação das regiões administrativas.-----

Segundo a minha perspetiva democrática e direcionada para contextos de liberdade, trata-se de um procedimento - criação das regiões administrativas - que não poderá passar somente pela mudança da Constituição e, sim, terá eventualmente de passar por um referendo aos cidadãos. É muito importante que se coloque em prática esta participação democrática mais empenhada. Uma campanha bem feita pode mostrar às pessoas a necessidade de termos grandes regiões como pontos de desenvolvimento que, em grande parte, o planeamento económico tem vindo a revelar, sobretudo, por força da integração europeia.-----

Estou em crer que a maioria dos cidadãos portugueses acreditará que a regionalização administrativa beneficiará Portugal e, assim, espero bem que desta Proposta de Recomendação possam sair, ainda que a nível do poder local, um conjunto de reflexões e a reabertura de um debate da criação de regiões administrativas, por várias razões que são muitas, mas sobretudo, por uma razão primordial - a criação das regiões não é um fator de desagregação da unidade nacional.-----

Uma pergunta que terá de ser feita: nos Açores e na Madeira não foram criadas Regiões Autónomas? Presumo que não prevalecem neste processo fatores de separação. São Regiões Autónomas que funcionam bem e exercem bem os seus poderes.-----

Todos os motivos desvantajosos, tantas vezes afetados ao processo da



regionalização, como mordomias políticas, favorecimento de estruturas públicas, ou até mesmo a multiplicação da classe política, poderão não ter razão de ser se o processo de criação de regiões administrativas for bem feito, não apenas no seu mapa geográfico, mas através de uma verdadeira transferência de competências. Esta também não implica uma acumulação de competências, sem competências que se dupliquem ou tripliquem entre o Estado e as suas estruturas autárquicas.-----

Se o processo for bem feito não haverá qualquer motivo para preocupação maior ou até dano, haverá sim, um progresso e o poder local poderá contribuir na sua dimensão particular para uma reforma do Estado. Regionalização também tem a ver, e é um ponto distinto e de extrema importância, com uma governança multinível em Portugal, e a repartição de tarefas entre os níveis de administração e a sua dimensão subnacional em Portugal são tópicos que poderão descrever as atuais políticas de descentralização em Portugal, bem como, as políticas de desenvolvimento regional.-----

Relativamente à descentralização ocorre-me aqui dizer que um dos principais desafios ou problemas poderá até ser o baixo grau de poderes relativos aos gastos e receitas atribuídos aos governos subnacionais e, claramente, isso poderá limitar os benefícios recebidos da descentralização. Há que ponderar neste fator.-----

Outro ponto a observar - o papel da própria cooperação intermunicipal, temos de observá-lo melhor, bem como, algumas bases tributárias municipais. Outro ponto a ter em conta - as atribuições sobrepostas entre unidades do Governo desconcentradas.-----

Do ponto de vista de uma política de Desenvolvimento Regional, os nossos desafios atuais poderão incluir também a capacidade das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional para catalisar uma abordagem verdadeiramente intersectorial e estratégica para o Desenvolvimento Regional e as incompatibilidades das fronteiras geográficas das agências desconcentradas do nosso Ministério. A estrutura do Governo subnacional desde a Constituição de 1976 que se faz compor de 308 municípios, 278 no Continente e 2 Regiões Autónomas. Muito embora, a nossa Constituição também tenha prevista a criação das regiões administrativas no País, estas não foram concretamente implementadas, e é neste contexto que realmente devemos ponderar na criação das regiões administrativas como uma nova autarquia local."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de



imediatamente à votação.-----

A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, dezassete abstenções dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira e do Partido Social Democrata, e sem votos contra, aprovar a Proposta de Recomendação «Pela Regionalização», apresentada pelo Bloco de Esquerda, e recomendar à Câmara Municipal que aprofunde o seu empenhamento na criação das Regiões Administrativas, estimulando o esclarecimento e a participação popular através de debates e outras formas de mobilização cívica.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

C - MOÇÃO «DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES» - SUBSCRITA PELO BLOCO DE ESQUERDA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "Há 45 anos, a Organização das Nações Unidas oficializou o Dia Internacional da Mulher, como símbolo das lutas das mulheres operárias em várias partes do mundo desde o final do século XIX. O dia 8 de março tornou-se um marco na história da emancipação das mulheres, mas é também um dia para ganhar balanço para a luta pelos direitos que ainda lhes são negados.-----

O que começou por reivindicações por direitos de cidadania e do direito ao voto das mulheres firmou-se como o início de muitas lutas que determinaram conquistas marcantes no campo da igualdade de tratamento e de oportunidades.-----

Em Portugal, as mulheres têm hoje não só direito ao voto sem restrições, como direito ao aborto seguro, entre outros. São maioritárias no ensino superior, integram em força o mercado de trabalho e conquistaram a representação política.

Quatro décadas de democracia permitiram avanços notáveis na luta pela igualdade entre homens e mulheres, mas persistem desigualdades estruturais em várias esferas da vida que imprimem uma linha divisória entre elas e eles e espelham uma teia de relações de dominação cujo fio condutor é o sistema patriarcal dominante.-----

Aqui e em todo o mundo, a opressão secular do sistema patriarcal teima em querer subalternizar as mulheres por serem mulheres. Permanecem os estereótipos de género que condicionam escolhas educativas e profissionais, a segregação nos cargos de chefia e liderança e a desigualdade salarial que se agrava na reforma. Perdura a desigual repartição no exercício das responsabilidades domésticas e com os filhos, assim como a feminização da precariedade, da pobreza e da exclusão social. Mantém-



se a naturalização do assédio e da violência doméstica e continuam a morrer mulheres em relações de intimidade. São as mulheres as principais vítimas de tráfico, exploração sexual e violação e a justiça machista insiste em desvalorizar a violência, desculpar agressores e responsabilizar as vítimas. Sabemos que estas violências são mais profundas quando se cruzam múltiplas discriminações e por isso esta deve ser uma luta interseccional e internacional.-----

O ano que marca o vigésimo sétimo aniversário da Plataforma de Ação de Pequim, instrumento internacional de referência para a eliminação dos obstáculos à plena igualdade entre homens e mulheres, confirma o crescimento dos movimentos e partidos de extrema-direita em todo o mundo. Portugal não é exceção e no parlamento e fora dele, assiste-se ao recrudescimento do conservadorismo e reacionarismo, dos comportamentos racistas, machistas e misóginos que trazem consigo a ameaça do retrocesso de direitos, da igualdade, da solidariedade.-----

Por todas as mulheres e com todas as mulheres, o objetivo da Igualdade exige o combate à cultura machista instalada e a coragem de alterar as estruturas do poder estabelecido, os papéis estereotipados e a opressão sobre as mulheres.-----

A Assembleia Municipal da Figueira da Foz, reunida a 25 de fevereiro de 2022, saúda o Dia Internacional das Mulheres, celebra as conquistas alcançadas e reafirma as lutas que ainda faltam travar."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Vou votar favoravelmente a moção tendo em conta o seu teor. Porém, se fosse eu ou o Partido Comunista Português a redigi-la, ela surgiria em termos algo diversos, porque estamos crentes (e não quero com isto reduzir tudo a questão salarial) de que melhoradas as condições de vida das populações serão melhoradas também as condições de vida das mulheres e o respeito pelas mulheres. Já agora, aproveito para convidá-las e convidá-los para as manifestações da iniciativa do Movimento Democrático de Mulheres no dia 5 do próximo mês de março no Porto e no dia 12 em Lisboa, porque o Dia Internacional da Mulher não é, como o deputado municipal Pedro Miguel Jorge acabou de provar, uma questão apenas feminina é, também, civilizacional."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção sobre o Dia Internacional das Mulheres,



apresentada pelo Bloco de Esquerda, celebrando as conquistas alcançadas e reafirmando as lutas que ainda faltam travar.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

D - VOTO EM DEFESA DA PAZ E PELO FIM DA ESCALADA DE CONFRONTAÇÃO NA EUROPA -

VOTAÇÃO PARA ACEITAÇÃO DA SUA INCLUSÃO NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Foi entregue ontem pela Coligação Democrática Unitária, um Voto em defesa da paz e pelo fim da escalada de confrontação na Europa. Nos termos do n.º 2 do art.º 18.º do Regimento deste órgão deliberativo, colocarei à votação do plenário a sua admissão neste período da Ordem de Trabalhos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, admitir a inclusão do Voto em defesa da paz e pelo fim da escalada de confrontação na Europa, apresentado pela Coligação Democrática Unitária, no Período de Antes da Ordem do Dia, considerando a oportunidade do mesmo.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

E - VOTO EM DEFESA DA PAZ E PELO FIM DA ESCALADA DE CONFRONTAÇÃO NA EUROPA -

SUBSCRITO PELA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Expressando a sua profunda preocupação pelos graves desenvolvimentos na situação no Leste da Europa, envolvendo operações militares da Rússia na Ucrânia;-----

Salientando que o agravamento da situação é indissociável do contínuo alargamento da NATO e do reforço do seu dispositivo militar ofensivo junto às fronteiras da Rússia, assim como da inserção e instrumentalização da Ucrânia ao serviço da estratégia belicista deste bloco político-militar.-----

A Assembleia Municipal da Figueira da Foz, reunida no dia 25 de fevereiro de 2022:

- Apela à urgente desescalada do conflito, à instauração de um cessar-fogo e à abertura de uma via negocial;-----

- Sublinha a premente necessidade de iniciativas que contribuam para um processo de diálogo com vista a uma solução política para o conflito na Ucrânia e à resposta aos problemas de segurança coletiva na Europa, no cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Ata Final da Conferência de Helsínquia;-----

- Insta a que, em defesa dos interesses e das aspirações do povo português e dos povos de toda a Europa, o Governo Português atue de forma a favorecer o fim da



escalada de confrontação, a solução negociada dos conflitos internacionais, a paz e o desarmamento, em consonância com a Constituição da República Portuguesa.----
Sobre a Moção que irá ser apreciada a seguir, da autoria do Partido Socialista, quando o deputado municipal José Fernando Correia me telefonou e me enviou, eu li-a um bocadinho na diagonal e disse-lhe que iria votá-la a favor. Não o farei, porque depois de ficar mais livre das minhas tarefas domésticas e de reler o texto, nomeadamente, os termos em que ela é apresentada, eu não posso aceitá-la, se bem que também apele à paz, tal como a minha."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Queria fazer um apelo à Coligação Democrática Unitária no sentido de ser retirado o segundo parágrafo desta Moção, porque está tudo certo para nós exceto o segundo parágrafo demasiado estalinista para o nosso gosto.---
Se o segundo parágrafo for retirado, com certeza votaremos favoravelmente esta Moção se, pelo contrário, se mantiver, infelizmente, teremos de votar contra."--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado António Fonseca Antunes.-----

ANTÓNIO FONSECA ANTUNES: "A proposta da Coligação Democrática Unitária tem um preâmbulo e a proposta não deve ser entendida nem interpretada, abstendo do mesmo. Eu voto contra, pois um voto favorável ou abstenção seria sempre a validação como lícita de uma ingerência em decisões de Estados autónomos independentes, validar esta agressão ou esta invasão como sequência e consequência desta mesma ingerência e, em último lugar, validar retroativamente uma hipotética invasão dos Estados Bálticos. Esta é a minha opinião."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: "Esta minha intervenção é pessoal e nada tem a ver com o grupo municipal do Partido Socialista. Sinto-me indignado!-----
De facto, não me admiro muito que seja apresentada esta Moção, porque está aqui bem plasmado aquilo que os quadros do Partido Comunista Português aprenderam quando tiveram a formação no Kremlin.-----
Senão vejamos: Putin diz hoje que quer a Ucrânia independente, no entanto, invade a Ucrânia, esta Moção diz que não quer a guerra, quer a paz, porém, culpa a Ucrânia.-----

Se não fosse um assunto tão sério em que está em causa a segurança da Europa, eu diria quase que isto é uma brincadeira de Carnaval! Digo-vos mesmo que pessoalmente me sinto muito ofendido porque a minha carreira profissional, na qual jurei dar a



vida pela minha Pátria, me leva a ter esta posição.-----
Até me passou pela cabeça nem sequer votar esta moção e abandonar esta assembleia,
no entanto, irei votar contra.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Vou fazer uma confidência: venho sempre muito empolgada
paras as assembleias municipais, mas hoje não me apetecia nada vir porque eu
pressentia este clima.-----

No primeiro parágrafo pode ler-se «... envolvendo operações militares da Rússia na
Ucrânia», que fique claro - a Rússia entrou no território da Ucrânia e nós
condenamos essa ação, independentemente, do que nos ensinaram no Kremlin!-----

Depois, o deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão diz que esta Moção apresenta
a Ucrânia como culpada. Não é verdade! Esta Moção afirma que a Ucrânia está a ser
instrumentalizada pela NATO. É isso que diz a Moção! Não fala em culpados...-----

Mas, eu também não me esqueço que Putin é um capitalista, não é um comunista e o
seu partido é o primeiro votado na Rússia, seguido de muito perto pelos comunistas,
mas ele não é um comunista. E mais, o Presidente da Ucrânia é um fascista, colocado
em 2014 por um golpe de estado que destituiu o Chefe de Estado eleito
democraticamente pelo povo da Ucrânia. Mas isto, não legitima de modo algum o que
fez Putin.-----

Sinto-me insultada enquanto comunista e enquanto membro desta assembleia, porque
ainda por cima, não entendem aquilo que eu escrevo, o que é absolutamente
lamentável!!!”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Cunha Carvão.-

JOSÉ CUNHA CARVÃO: “Senhora deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, qualquer
Estado soberano tem o direito de aderir às alianças que entender.-----

É uma vergonha o Partido Comunista apoiar em parte esta invasão, um partido que
lutou pela liberdade neste país, porque lutou quer a gente queira quer não, o que
se passou depois, a gente sabe.-----

Agora, este Presidente da Ucrânia foi eleito democraticamente em 2014. Na altura
da revolução laranja na Ucrânia a Rússia queria ter um Presidente fantoche na
Ucrânia. Todos nós sabemos que a Ucrânia como Estado legítimo tem todo o direito
de entrar na União Europeia e na NATO.-----

A Rússia não tem de se sentir em perigo de ser invadida pela NATO, porque se a
Ucrânia já fizesse parte da NATO duvido que o senhor Putin a invadissem.-----

O que se está a passar é uma vergonha para a humanidade! Mais de 60 anos depois



da 2.ª Guerra Mundial, um Estado soberano é invadido por outro a dizer que aquele é manipulado pelo Ocidente e por nazis.-----

O senhor Putin era do KGB que era a polícia política do Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.-----

É vergonhosa esta posição do Partido Comunista!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Senhores deputados municipais vou suspender a sessão por dez minutos, dado que o senhor Presidente da Câmara teve de se ausentar, mas pedia-lhes que se mantivessem no vosso lugar."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Eu gostava de solicitar a vossa Excelência um esclarecimento. Não sei se vai ser necessário pedir um parecer jurídico sobre o que devo fazer quando preciso de ir à casa de banho: se devo fazer um requerimento à Mesa ou pôr o dedo no ar.-----

Não sei qual é a tradição do órgão, mas gostava, de facto de ser informado para saber se em caso de agenda ou de alguma perturbação que me obrigue faltar à Assembleia, qual o procedimento a ter."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Quero que todos estejam tranquilos, porque a minha posição aqui é, de facto, só moderar. Não sei tudo, porque só todos é que sabem tudo e, se calhar, se alguns sabiam antes até me podiam chamar a atenção. Escusávamos de ter este impasse...-----

É por isso que andamos cá e também porque, como dizem os pescadores, temos de apanhar muito mar na proa para saber enfrentar a onda.-----

Senhor Presidente, a câmara municipal faz-se representar, obrigatoriamente, nas sessões da assembleia municipal, pelo presidente, o qual em caso de justo impedimento, se pode fazer substituir pelo seu substituto legal. Bastaria o senhor Presidente nomear o seu substituto legal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Quem o fez foi o senhor Presidente. Invocar, agora, o estatuto de vítima... Eu acho que tudo tem limites em relação, nomeadamente, à minha pessoa. Tenho o direito de me ausentar para ir à casa de banho sem ter de designar representante legal. Ainda por cima no Período de Antes da Ordem do Dia e para discutir a invasão da Rússia e da Ucrânia."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Senhor Presidente deixe-me explicar-lhe. Houve aquela Moção apresentada em papel timbrado da Junta de Freguesia e eu quase tenho a certeza que já aqui foram apresentadas outras em papel timbrado de Juntas de



Freguesia. Houve um erro formal, mas não poderiam ter alertado antes a Assembleia? Eu aceito a ajuda de todos e costumo dizer, nós não somos da Assembleia, nós estamos de passagem na Assembleia. Se alguma coisa estava mal acho que ficava bem avisarem, mas não o entenderam assim.-----

Depois, é que eu respondi a V. Ex.^a mencionando a lei.-----

Vamos continuar e dou a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Isto tem muita piada, porque a seguir vou voltar a ser agredida de novo, mas não vou pedir a defesa da honra.-----

Para «bater» na Coligação Democrática Unitária e, muito particularmente, no Partido Comunista Português, vale tudo até, por exemplo, um jornal regional (Diário de Coimbra) ter dito, na sua edição de hoje, que o Partido Comunista Português apoiava a invasão da Ucrânia.-----

O deputado municipal José Cunha Carvão, referiu que o Partido Comunista Português apoia em parte a invasão da Rússia, e eu gostava de saber qual foi a sua fonte de informação, porque eu, que sou do Partido Comunista Português, não tive acesso a essa fonte. É muito estranho!-----

E, já agora, a NATO contestou a existência do Pacto de Varsóvia aquando da Guerra Fria, mas com a Guerra Fria desapareceu o Pacto de Varsóvia, o que não aconteceu com a OTAN. E a partir de 1997, portanto, já depois da Guerra Fria, aderem à NATO nas fronteiras com a Rússia, a Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, Roménia, Hungria, Eslováquia, República Checa, Eslovénia, Croácia, Montenegro, Albânia, Bulgária e a Macedónia do Norte.-----

E com isto não estou a apoiar as ações da Rússia, muito pelo contrário, a Rússia agiu mal e qualquer ação de agressão é condenável, quaisquer que sejam os motivos que lhe estejam subjacentes. É isso que eu quero deixar bem vincado aqui.-----

Eu tive o cuidado de escrever um texto muito curto para evitar estas confusões, mas nem assim me safei. É evidente, eu não vou retirar o que disse sobre a NATO, porque isso é o que eu acho, o que o Partido Comunista Português acha.-----

Se os senhores deputados estão com tanta vontade de votar contra a Moção, não se intimidem, mas respeitem os outros, porque eu mereço tal como todos vocês."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: "Eu não tenho nada contra as pessoas do Partido Comunista, apenas sou contra os seus ideais. Portanto, se hoje o problema é a Ucrânia se não tivermos cuidado, daqui a mais algum tempo, se calhar, será toda a Europa, da qual



fazemos parte.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com um voto a favor do membro da Coligação Democrática Unitária, uma abstenção do membro do Partido Socialista, José Duarte Pereira, e trinta e nove votos contra dos restantes membros do Partido Socialista, e dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Partido Social Democrata, e Bloco de Esquerda, rejeitar o Voto em Defesa da Paz e pelo fim da escalada de confrontação na Europa, apresentado pela Coligação Democrática Unitária, no sentido de o Governo Português atuar de forma a favorecer o fim da escalada de confrontação, a solução negociada dos conflitos internacionais, a paz e o desarmamento, em consonância com a Constituição da República Portuguesa.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

F - MOÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO NA UCRÂNIA - VOTAÇÃO PARA ACEITAÇÃO DA SUA INCLUSÃO NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “Foi entregue ontem uma Moção conjunta do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, sobre a situação na Ucrânia. Nos termos do n.º 2 do art.º 18.º do Regimento deste órgão deliberativo, colocarei à votação do plenário a sua admissão neste período da Ordem de Trabalhos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, admitir a inclusão da Moção conjunta do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, sobre a situação na Ucrânia, no Período de Antes da Ordem do Dia, considerando a oportunidade da mesma.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

G - MOÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO NA UCRÂNIA - SUBSCRITA PELO PARTIDO SOCIALISTA, GRUPO DE CIDADÃOS ELEITORES FIGUEIRA A PRIMEIRA, PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA E BLOCO DE ESQUERDA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: “A Assembleia Municipal da Figueira da Foz, reunida em sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2022, delibera manifestar a sua mais



profunda consternação e o maior repúdio pela situação de guerra e de violação do direito internacional estabelecido que ocorre contra a Ucrânia.-----

A Ucrânia apesar de tudo, tem procurado caminhar para uma organização próxima das democracias ocidentais, e a Federação Russa, continua a exhibir uma ambição imperial, não lidando bem com a pluralidade de opiniões, com o Estado demoliberal e uma sociedade civil livre.-----

Por estas razões, a Assembleia Municipal solidariza-se assim, com o sofrimento do povo ucraniano e expressa os mais firmes votos do regresso rápido à paz e à resolução pelas vias diplomáticas e políticas dos conflitos que possam porventura existir na zona.-----

Mais decide remeter esta moção às embaixadas da Ucrânia e da Federação Russa acreditadas em Portugal.-----

Como é evidente, nós não mudamos aqui o curso da história, isso não está na nossa disponibilidade. De todo o modo, pareceu-nos errado que a Assembleia Municipal da Figueira da Foz deixasse passar este momento sem ter uma pronúncia, uma proclamação. E para que, se mais não for, no plano simbólico, essa pronúncia e essa proclamação tivessem mais força, o grupo municipal do Partido Socialista tentou junto de todos os outros grupos municipais, e só não teve sucesso junto do grupo municipal da Coligação Democrática Unitária, obter a subscrição do texto.-

Eu quero agradecer a todos o contributo e a disponibilidade que deram para subscrever o texto.-----

De qualquer modo, eu creio que ele no essencial tem os três tópicos que me parecem serem centrais e que importa enfatizar neste momento. Primeiro, o sobressalto que esta situação a todos nos provoca, segundo, a circunstância de estarmos perante uma violação patente do direito internacional estabelecido, e terceiro, assinalar de forma bem enfática que os beligerantes não estão, os dois, numa posição moralmente equivalente. Há quem esteja a agredir e há quem esteja a ser agredido, e isso parece-me consensual para todos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com quarenta votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, uma abstenção do membro da Coligação Democrática Unitária, e sem votos



contra, aprovar a Moção sobre a situação na Ucrânia, apresentada pelos grupos municipais do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, solidarizando-se assim, com o sofrimento do povo ucraniano e expressando os mais firmes votos do regresso rápido à paz e à resolução pelas vias diplomáticas e políticas dos conflitos que possam porventura existir na zona.-----

Mais deliberou, remeter esta moção às embaixadas da Ucrânia e da Federação Russa acreditadas em Portugal.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ apresentou a seguinte declaração de voto: "Tendo em conta que esta moção, apresentada pelos restantes grupos municipais, diz respeito à condenação da agressão por parte da Rússia a Ucrânia, que apela para a necessidade de ser feita a paz no mais breve espaço de tempo, eu não posso votar contra.

Mas, como disse há pouco, também não poderia votar a favor na medida em que alguns dos termos desta proposta não são aceitáveis por parte do Partido Comunista Português e por parte da minha pessoa. Por isso me abstive."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimento V. Ex.^a e expresse compreensão para com a sua tarefa de moderação que desempenha com os melhores propósitos. Para além da direção e liderança desta Assembleia também o faz com elevação, não tenho dúvidas nenhuma sobre isso, do pouco tempo que tenho de convívio de trabalho com Vossa Excelência. Gostava também de exprimir solidariedade institucional e política do executivo camarário, para com a deliberação que esta Assembleia acabou de tomar, embora, não quiséssemos aqui a interferir no debate sobre a questão que domina a cena internacional - a invasão da Ucrânia."-----

H - CARNAVAL/2022

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Gonçalo Raposeiro Faria.-----

GONÇALO RAPOSEIRO FARIA: "Nos últimos dois anos, o mundo viveu uma pandemia que não só afetou a nossa vida e a nossa saúde, como também, a nossa convivência em sociedade.-----

Limitaram-se contactos, confinaram-se pessoas às suas casas, limitando-se o acesso a vida em sociedade, como um simples jantar fora, uma ida ao cinema, ou visitar um familiar. Dois anos passaram e muito já aprendemos com esta pandemia. Já aprendemos como limitar a transmissão do vírus, já nos vacinámos, já nos adaptamos



aos constrangimentos das regras que limitam a transmissão do vírus. Dois anos passaram e o mundo, o país e a Figueira da Foz têm de avançar.-----

A Figueira da Foz como terra de tradições, que é, festeja o seu Carnaval, sendo este uma das suas principais atrações. No ano passado não foi possível a sua realização por estarmos em confinamento, no entanto, este ano coloca-se a hipótese da sua realização.-----

Num país onde é possível ir ao Teatro, ao cinema, a um estádio de futebol, ou a uma discoteca, só não era possível realizar o Carnaval da Figueira da Foz numa Avenida e ao ar livre? A esta pergunta a resposta teria de ser dada com prudência. Congratulámo-nos, portanto, com responsabilidade e com a prudência da Câmara Municipal da Figueira da Foz em não cancelar o Carnaval, apenas porque no início do ano os números de infetados estavam a aumentar. Houve a responsabilidade e a prudência de aguardar pela evolução da situação, por um lado, e a vontade em realizar este evento que tanta gente move na nossa terra e a quem a quer visitar, por outro.-----

Várias autarquias cancelaram precipitadamente os desfiles. Verifica-se, agora, uma situação em que o país abriu de novo, os casos diminuem, e todas as atividades podem agora ser realizadas sem muitos constrangimentos e em segurança. Confirma-se que a decisão em manter a realização do Carnaval da Figueira da Foz foi acertada, e somos hoje um dos poucos Concelhos que terá o seu desfile de Carnaval, convidando todos os foliantes deste país, que não tem oportunidade de festejar nas suas terras, a visitar a nossa cidade e a festejarem em segurança.-----

Demonstrou-se que, enquanto muitos tomam decisões precipitadas, tomar a decisão correta não está ao alcance de todos. Termino, agradecendo mais uma vez ao executivo e ao nosso Presidente da Câmara por ter tomado mais uma decisão responsável, importante para o nosso Concelho, dando ânimo à nossa população e dinamizando o nosso Turismo e o nosso comércio local:"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

I - FIGUEIRA DA FOZ - QUINHENDROS - VILA MOTA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Na limitação entre Figueira da Foz e Quinhendros, mas ainda dentro do território deste Concelho, existe aquele empreendimento chamado Vila Mota, abandonado e emparedado, há muito tempo.-----

Queria sugerir ao Presidente da Câmara e restante executivo que se interessassem por aquele empreendimento, transformando aquelas casas, que tão boas eram, em



casas realmente de habitação para famílias que a não a têm.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Ainda há poucas semanas falei com o representante da empresa Mota, que nos visitou por outras razões, desse aglomerado habitacional. Está na extrema do Concelho, como referiu, e foi-me dito que, neste momento, o Grupo está numa fase de reestruturação, de arrumação dos seus vários ativos, e não tem uma decisão tomada sobre o assunto.-----

Transmiti-lhe a pena que é e o quanto lamento o estado daquele agregado, bem como, a disponibilidade do Município para trabalhar numa solução que possa servir os interesses do Concelho. Aguardo novas indicações que, no caso de não chegarem, naturalmente, terão contrapartida da insistência necessária da nossa parte."----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

J - TRANSPORTES URBANOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Claro que se coloca aqui o problema dos transportes, mas não é só em relação àqueles que, eventualmente, ficariam a viver na Vila Mota e trabalhassem na Figueira da Foz é, também, em relação a todos nós.-----
Até quando é que podemos estar à espera de uma substancial melhoria na questão dos transportes urbanos e periurbanos que, como nós sabemos, é absolutamente uma infelicidade?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Devo dizer que a evolução do processo ainda ontem foi tratada na reunião interna do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. O concurso lançado pela Comunidade Intermunicipal ficou deserto e, portanto, prepara-se, agora, atuação em conformidade e em consequência. Não é um processo fácil, nomeadamente, pela questão das alterações de preços, que se vão verificando em todo o mundo, nas mais variadas componentes do processo produtivo e dos circuitos económicos.-----

É um processo entregue à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e aos municípios que a compõem, mas, como disse, o concurso ficou deserto."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

K - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO NO MERCADO ENGENHEIRO SILVA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "A Câmara Municipal falou na construção de um estacionamento subterrâneo com ligação ao Mercado Engenheiro Silva.-----



Qual o custo aproximado desta obra? Não têm receio em construir este estacionamento numa zona de estacaria? O que está por baixo é estacaria!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Quanto ao estacionamento Mercado ainda hoje tive a informação que nos será entregue na próxima semana o primeiro desenvolvimento do estudo, com a respetiva orçamentação e proposta de intervenção no espaço público e também subterrâneo.-----

Como é sabido, nós temos aquele espaço estacionamento à superfície, foi aqui referido (e vi alguns acenares de cabeça afirmativamente) que aquela zona tem estacaria. Se eu me sinto confortável com a obra que lá será feita? A obra que ali será feita será acompanhada pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil que conhece bem o problema da estacaria do subterrâneo da Baixa de Lisboa.-----

Quando tomei posse como Presidente da Câmara de Lisboa tinha acabado de acontecer um acidente com as obras do metro na Praça do Comércio, no Terreiro do Paço, junto ao rio. Também, por necessidade de fazermos ali outras intervenções na Baixa Pombalina, sei que aquele casario está todo assente também ele do mesmo modo e, naturalmente, sei os cuidados, mas sei também, por vezes, as surpresas positivas que foram reveladas com o estado de conservação e com a capacidade de resistência. Tenho suficiente experiência do assunto e mesmo não tivesse, nenhum de nós pode dar um único passo em falso, sem ter a certeza absoluta, tanto quanto a natureza nos permite, dos fundamentos das decisões que tomamos.-----

No Túnel do Marquês, lembro-me que muitas pessoas acenavam com o perigo do túnel do metro e o facto do túnel rodoviário ficar muito encostado ao túnel do metro, e o perigo que isso podia representar. Naturalmente, fizemos os devidos estudos até comparados, por exemplo, a Bruxelas uma cidade onde vivia que tem muitos desnivelamentos, muitos túneis, onde, por acaso, o túnel rodoviário está absolutamente encostado ao túnel do metro de Bruxelas.-----

Portanto, tivemos os pareceres todos e aqui teremos os pareceres todos para que a obra só avance se for confirmada por todas as entidades envolvidas, e estou convencido que assim será. Até porque há alguns precedentes, também de algumas intervenções na zona que se revelaram seguras. Mas quero dar, obviamente, essa garantia.-----

Os projetos serão públicos, os concursos serão públicos e, portanto, este é um processo que está a ser desenvolvido com a concessionária do estacionamento. Aquela zona, como sabem, à superfície é zona concessionada e para efeitos de obra



subterrânea, foi pedido esse estudo prévio à concessionária.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

L - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA A SUSPENSÃO DESTA SESSÃO OCORRIDA HÁ ALGUNS MOMENTOS ATRÁS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, venho solicitar, por escrito, qual a fundamentação legal para que a Assembleia Municipal não inicie sem presença do senhor Presidente da Câmara e para que seja interrompida quando o senhor Presidente da Câmara não está presente.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

M - ELETRIFICAÇÃO DA LINHA DO OESTE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “A senhora Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, defendeu a eletrificação da Linha do Oeste afirmando, e passo a citar «a eletrificação da Linha do Oeste é absolutamente vital para a competitividade das empresas». A Associação Comercial e Industrial da Figueira Foz reivindica tal eletrificação. Lamentavelmente, o Plano de Recuperação e Resiliência não contempla esta obra acalentada pela região Oeste. Assim se vê a importância que o Partido Socialista dá à região e à Figueira da Foz.-----

O Partido Social Democrata já falou nesta Assembleia sobre esta temática. A ferrovia é importante e está na agenda europeia. Muito gostava de saber qual a posição de Vossa Excelência sobre esta matéria. Vai, ou não, desenvolver esforços para colocar efetivamente este assunto na agenda do novo Governo? E quais? Vai-se juntar aos outros municípios, servidos por esta linha, a fim de unirem esforços e conseguir-se este desiderato?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Concordo com o que disse sobre a eletrificação da Linha do Oeste.-----

Passada esta primeira fase, os primeiros quatro meses, os primeiros cento e vinte dias e a posse do novo Governo, fazemos tenções de desenvolver os esforços necessários, em conjunto com outros municípios como referiu, para podermos ter avanço nesta matéria essencial para o Concelho. Naturalmente, tão essencial quanto a resolução do Porto, mas fundamental em termos económicos e sociais para o nosso concelho.-----

É esta a altura, como disse por várias razões.”-----



A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

N - OBRA DE BORDALO II AMONITE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Por via do projeto Mar que nos Une, o anterior executivo camarário candidatou-se, juntamente com outros três municípios, e foi instalada a obra de Bordalo II Amonite. Temos, pois, uma obra de arte, quer se goste ou não, que é visitada e muito fotografada. No meu modesto entendimento, o espaço onde foi instalada, merecia ser arranjado e embelezado. Há interesse e vontade em embelezar aquele espaço, ou não? Se sim, qual a previsão para que tal suceda?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Tomei boa nota também em relação ao seu cuidado com o espaço onde está a intervenção artística do Mar que nos Une."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

O - MARINHA DAS ONDAS - MELHORIA DA DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE/NECESSIDADE DE COLOCAÇÃO DE MAIS CONTENTORES DE LIXO E ECOPONTOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "A área da freguesia da Marinha das Ondas é um dos locais que tem crescido em população. Devido a esse facto, deve merecer de Vossa Excelência a atenção e o cuidado às seguintes situações: a necessidade de sensibilizar a EDP - Energias de Portugal a melhorar o serviço de distribuição elétrica pois, eletricidade em muitas habitações não chega com a potência necessária provocando problemas, nomeadamente, com a preservação de alimentos, para não falar das dificuldades que causa aos estudantes em confinamento e não só, e também para o teletrabalho; a necessidade de colocação de mais contentores para o lixo, bem como, do reforço de ecopontos; e uma maior divulgação e reforço da ação por parte da Câmara Municipal para a recolha de bens de maiores dimensões que a população deixa de usar."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Tomei boa nota da necessidade do reforço por parte da EDP na Marinha das Ondas, facto de que não tinha conhecimento.-----

Já sabia da necessidade dos contentores e ecopontos e o assunto tem estado a ser tratado."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

P - ARRENDAMENTO HABITACIONAL NA FIGUEIRA DA FOZ - IMÓVEIS DEGRADADOS NA AVENIDA DOUTOR JOAQUIM DE CARVALHO



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "O arrendamento habitacional é um problema na Figueira da Foz e nacional. Com a falta de imóveis para arrendamento, o pouco que existe tem um preço exorbitante para os rendimentos médios dos portugueses. Na Figueira da Foz também é escandaloso! Ora, apesar de não ser uma competência da Câmara Municipal, pode a mesma intervir, sensibilizar e pressionar as instâncias responsáveis.-----

Existem na Avenida Doutor Joaquim de Carvalho, junto ao quartel da Polícia de Segurança Pública, quatro imóveis, julgo pertencentes ao Ministério da Defesa, que se encontram numa zona nobre da cidade ao abandono ou desleixo, que não sucederia se fossem de privados. Inclusivamente, segundo notícias da comunicação social vão ter uma intervenção urbanística.-----

Não se entende estes imóveis abandonados e degradados e não haver consequência alguma! São quatro imóveis que, talvez, com o Plano de Recuperação e Resiliência poderiam ser recuperados e colocados no mercado de arrendamento a custos adequados ao salário médio pago no nosso Concelho.-----

Senhor Presidente da Câmara, quais são os seus planos para estes imóveis? Já contactou o proprietário? Que penalizações vão ser impostas caso não sejam recuperados?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Em relação ao arrendamento habitacional está pronto para ir a reunião de Câmara o Regulamento das rendas apoiadas. Temos estado a trabalhar com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana para desenvolver e concluir os projetos a apresentar ao Plano de Recuperação e Resiliência.-----

Fizemos uma reunião em Lisboa com a direção do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, onde esteve também a senhora Vereadora Olga Brás, os dirigentes dos serviços e da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal, para assegurarmos o cumprimento dos prazos no que respeita aquilo que está estabelecido pelo Estado Central e, nomeadamente, pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, quanto à definição de terrenos, elaboração de projetos, construção, tudo aquilo que é necessário para ter pronto até 31 de Março de 2026.-----

É este o prazo que temos pela frente, quer para a construção nova, quer para a reabilitação.-----

A propósito de construção nova, temos estado a trabalhar no sentido de definir os



terrenos municipais disponíveis, não só no centro do Concelho, mas também nas freguesias, para não termos de perder tempo com outras diligências ou decisões, e fazermos o possível por termos também esse tipo de habitação onde ela é mais necessária. -----

Sublinho, esses projetos são financiáveis a 100%, e temos bem falta deles, como é sabido, mas estamos a trabalhar com tanta velocidade, quando podemos nesse sentido. Os edifícios do Ministério da Defesa, na Av.ª Dr. Joaquim de Carvalho, estão, de facto, degradados. Tenho estado a fazer as devidas diligências quer junto da Gestão que gere o património do Estado para efeitos de arrendamento, e onde está uma cidadã da Figueira no respetivo Conselho de Administração, Dr.ª Paula Aguiar de Carvalho, quer junto do Ministério da Defesa onde está e tem o processo a Subdiretora Maria João Rocha.-----

O senhor Presidente Carlos Monteiro tinha já também desenvolvido variadíssimas diligências junto destas mesmas pessoas, nomeadamente, mas espero que esteja muita próxima a hora de chegarmos a um ponto final no processo, e seja possível iniciar ali a reabilitação daqueles edifícios.-----

Faço ali umas reticências, por causa de uma questão colocada depois, de uma série de decisões que temos todos de tomar em conjunto quanto à utilização de espaços para finalidades que são publicamente discutidas neste Concelho. Portanto, o fundo que gere a colocação no mercado a custos controlados ou a custos acessíveis, e, enfim, a Figueira da Foz tem de fazer aqui esta ponderação que se relaciona talvez, eu não estou a dizer que é para o Centro de Formação Profissional ir para lá, mas que se relaciona com a questão posta a seguir.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Q - IMPLEMENTAÇÃO DE UM CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DE UM PÓLO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA NA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Cunha Carvão. -

JOSÉ CUNHA CARVÃO: “O Partido Socialista considera que a implementação de um Centro de Formação Profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional e de um Pólo da Universidade de Coimbra na Figueira da Foz são essenciais para o desenvolvimento do Concelho, sendo que a instalação de um não implica a não instalação do outro. Pelo que, a Câmara Municipal deve envidar todos os esforços para que ambos se instalem na Cidade.-----

O Centro de Formação Profissional iria, no fundo, formar quadros intermédios



indispensáveis às empresas locais, através de cursos de aprendizagem vida ativa e profissionais. Iria promover a reconversão profissional de parte da mão de obra. O Centro de Formação do Instituto de Emprego e Formação Profissional estava para se instalar no Sítio das Artes, através de um Contrato de Comodato, estabelecido entre o Município e o Instituto do Emprego e Formação Profissional, em fevereiro de 2020. O Contrato não foi cumprido pelo Instituto de Emprego, uma vez que, no prazo de seis meses não apresentou um processo de financiamento do plano de adaptação do edifício para a instalação do Centro de Formação. No entanto, devem ser intentados todos os passos para que se possa instalar na Cidade, sendo as obras financiadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência.-----

O regresso do Ensino Superior ao Concelho da Figueira da Foz já deu os primeiros passos com a instalação da Marefoz, laboratório avançado do Pólo da Universidade do Mar - Centro de Ciências do Mar e do Ambiente da Universidade de Coimbra, desde 2016. O Ensino Superior está igualmente presente na Cidade, através do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, na Escola Secundária Dr. Bernardino Machado, onde está a decorrer um curso Técnico Superior Profissional de Manutenção Eletromecânica desde o ano letivo anterior, estando previsto no futuro a abertura dos Cursos de Eletrónica Robótica Informática.-----

A instalação do Pólo da Universidade de Coimbra na Figueira da Foz, com cursos ligados ao Turismo de Ciências do Mar, seria muito benéfico para a economia local e iria colmatar a falta de mão de obra especializada no nosso Concelho.-----

O Partido Socialista está disponível, a nível do executivo e da Assembleia Municipal, para viabilizar todas as medidas e instrumentos que possibilitem a instalação de um Centro de Formação Profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional e de um Pólo da Universidade de Coimbra, devendo todas as forças políticas desenvolver as sinergias necessárias para a concretização destas duas aspirações para o nosso Concelho."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Não é possível compaginar hoje uma sociedade desenvolvida sem uma forte aposta na educação e na formação. Não é possível hoje compaginar um Concelho que não tenha instituições perfeitamente capazes de orientar a sua população e também de atrair, por via da educação e da formação, população de fora ao nosso Concelho.-----

Vem isto a propósito de uma velha reivindicação do Concelho da Figueira que passa pelo regresso em força, e sem ser injusto para com a presença da Universidade de



Coimbra no Concelho da Figueira da Foz através da Marefoz, do ensino superior à nossa Cidade, e de poder manter a sua população em formação profissional através da criação de um Centro de Formação Profissional do Instituto de Emprego e de Formação Profissional.-----

É aqui nesta Câmara, nesta casa e nesta Assembleia Municipal, que devemos ficar absolutamente certos de qual é o estado deste processo e, também, de quais são as intenções do executivo municipal em relação ao Centro de Formação do Instituto do Emprego e Formação Profissional na Figueira da Foz. É, ainda, o sítio certo para se saber o ponto da situação quanto ao tal regresso em força da Universidade de Coimbra, com cursos estruturados, se Licenciaturas, se Mestrados e quais os cursos. Portanto, instava a que o senhor Presidente da Câmara aproveitasse o tempo que lhe é concedido aqui nesta Assembleia Municipal, para nos dizer exatamente como está este processo. Quais são as démarches que vai fazer no sentido de, não só manter e reforçar a Universidade de Coimbra na Figueira da Foz, como também de, finalmente, podermos contar com um Centro de Formação do Instituto de Emprego e Formação Profissional no nosso Concelho?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Já depois da última reunião de Câmara, em que o assunto foi debatido, o senhor Reitor da Universidade de Coimbra fez questão de reafirmar o seu empenho e aposta primária em instalar um Pólo da Universidade de Coimbra na Figueira da Foz.-----

O deputado municipal José Cunha Carvão quis saber o ponto da situação deste processo.-----

De facto, houve incumprimento do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Tem sido conferida toda a espécie de espaços na Figueira, alguns estão disponíveis, alguns não são propriedade do Município. Na última reunião de câmara debatemos essa matéria, que considerei um passo em frente no processo e foi útil, nomeadamente da parte do senhor Presidente Carlos Monteiro e da senhora Vereadora Ana Carvalho, com intervenções importantes para o esclarecimento nestas matérias.-----

Tive ocasião de falar com a senhora Ministra, Ana Godinho, sobre este assunto e ela compreendeu o nosso ponto de vista. Obviamente, que se preocupa que existam instalações também adequadas.-----

Eu adoraria ter já no próximo ano letivo o ensino universitário a iniciar-se. Mas, naturalmente, quanto mais tempo passar mais difícil é.-----

Não cometo nenhuma inconfidência porque informei o senhor Reitor que iria citar



as suas palavras aqui na Assembleia, e ele acabou de me fazer chegar uma mensagem a dizer para eu me sentir à vontade e o citar, pois as suas palavras correspondem à realidade.-----

É um trabalho a ser feito entre todos nós, no sentido de conseguirmos a melhor solução para o Concelho.-----

O Centro de Emprego é muito importante, não quero secundarizar o trabalho de formação profissional realizado por outras entidades, nomeadamente, a Escola Bernardino Machado e outras, mas é muito importante, sem dúvida nenhuma.-----

Porém, todos sabemos também, quão importante é, e sem menosprezo para as universidades que já cá estiveram, termos um Pólo da ultra centenária Universidade de Coimbra, com todo o seu prestígio, capacidade e força, o que não preclude a instalação ou trabalho com outras entidades universitárias.-----

Temos aqui perto a Universidade de Aveiro com um trabalho notável na área também do Mar e da Economia Azul, entre outras. Temos outras universidades espalhadas pelo país do Algarve a Trás-os-Montes, de que já falei a propósito da floresta, uma área sobre a qual irei abordar também na próxima Assembleia Municipal.-----

Estamos à procura da boa solução, não da ótima, mas como se costuma dizer, essas normalmente são inimigas uma da outra."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

R - OBRAS PREVISTAS PARA A FREGUESIA DE MAIORCA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Rui Pinto Ferreira.

RUI PINTO FERREIRA: "Estando aqui neste órgão em representação da Freguesia de Maiorca, julgo que algumas das minhas palavras serão eco também da voz de outros. Senhor Presidente da Câmara Municipal, cento e vinte e um dias depois da tomada de posse dos órgãos autárquicos, pretendemos obter mais informação do que aquela, muito exígua, que nos tem sido transmitida. Antes de toda e qualquer questão, dirijo uma palavra de apreço e reconhecimento público ao executivo, nas pessoas dos senhores Vereadores, Olga Brás, Anabela Tabaço e Manuel Domingues, pelo esforço e pela proximidade com a Juntas de Freguesia deste Concelho, tentando cumprir com o dever que lhes compete no exercício das suas funções.-----

O Concelho da Figueira da Foz é, à data, constituído por catorze freguesias que julgam merecer alguma atenção por parte do Município que nos une, nos representa e tem o dever de nos apoiar.-----

Assim, ao fim de cento e vinte e um dias, gostaria que nos informasse: para quando o início das obras previstas em Orçamento para o ano de 2022, aprovado por nós



grupo municipal do Partido Socialista num gesto de confiança no executivo eleito? Para quando o lançamento dos procedimentos concursais que darão início às ditas obras? Para quando os asfaltamentos já previstos ainda em finais de 2021?-----
Parafraseando uma leitura jornalística - Jornal O Público de 17 de outubro de 2021 - acabar as obras em curso, algumas que demoram há muito tempo, independentemente da vontade das pessoas, e tomar as medidas necessárias para que isso aconteça é outra das medidas iniciais de Santana Lopes.-----
Afinal, nem tudo parece assim tão fácil!! É que nós todos, ou pelo menos, a grande maioria dos catorze executivos de Freguesia e das catorze Assembleias de Freguesia recém eleitas, esperamos não ter de assistir ao lançamento de projetos, não ter de ouvir falar em planos e previsões futuras disto e daquilo, quando não ouvimos falar, não lemos e não temos respostas sobre as obras já previstas, projetadas, calculadas e algumas, pasme-se, até já adjudicadas às empresas que as executarão, e inscritas para este ano de 2022.-----
Não queremos mais do que é possível ser realizado, porque o Estado não dá nada! Limita-se a cumprir a função que lhe é destinada dentro da Constituição e da Lei, a saber, distribuí verbas pelas distintas entidades governamentais, Comunidades Intermunicipais, Municípios e, obviamente, Freguesias. Mas nós, as freguesias, somos o parente pobre a todo o sistema legislativo. Pobre, mas humilde e trabalhador empenhado!-----
Contudo, a humildade não nos pode obrigar a ficar calados. O empenho não nos deixa baixar os braços e assim, nós, Freguesias, somos o rosto do mesmo povo mais humilde, mais simples, mas também interventivo. Somos nós Freguesias que damos a cara. Somos nós que ouvimos os carenciados, os idosos, as famílias. Somos nós que damos o nosso melhor às nossas crianças. Somos nós que cortamos a erva que nasce desmesuradamente a cada dia. Somos nós que enterramos os mortos e que consolamos os vivos. E quem diria, nós representantes destas freguesias, grandes médias ou pequenas, rurais ou urbanas, nós temos sentimentos!-----
A grande maioria dos executivos das Freguesias deste concelho não fez promessas em campanha, não prometeu o que não podia cumprir, não procurou o voto a qualquer custo. Nós, eleitos nas freguesias deste Concelho, somos o resultado da decisão de todo um povo que também o elegeu a si e, como tal, apenas e só queremos respostas. Já queríamos ontem respostas, queremos hoje respostas e havemos de querer respostas amanhã.-----
Sabemos dos mais diversos problemas existentes neste ou em outro qualquer Concelho,



mas, infelizmente, sabemos também que nenhuma Freguesia tem capacidade, meios, recursos, nem tão-pouco massa humana, para os resolver. Não queremos pagar dividas que não fizemos, mas sabemos que têm de ser absolutamente regularizadas e aceitamos ter, por vezes, bem menos do que merecemos.-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, os nossos problemas são os seus problemas, e as nossas questões têm de ser respondidas mesmo que nem sempre se obtenham as melhores respostas. Os nossos pedidos não podem ficar em vão e os nossos anseios têm de ser atendidos.-----

Este é o órgão que serve para escrutinar, avaliar e aprovar o futuro do nosso Concelho. Não queremos, nem aceitamos desculpas que apontam outros como culpados, pois é absolutamente fundamental, na nossa democracia, que se aja em conformidade com as relações institucionais a que as autarquias estão obrigadas.-----

Assim, e na expectativa de que não nos dará respostas, apelo a que responda no cumprimento das funções para que foi eleito.-----

Sem mais considerações diga-nos, sem respostas que envolvam conflitos europeus, Covid-19, nem falta de mão de obra que serviram de arma de arremesso contra a maioria de nós, representantes das freguesias deste mesmo Concelho: quais as obras que realmente fazem intenção de concretizar, inscritas no Caderno das Grandes Opções do Plano Municipal e que ficaram de arrancar já em 2022? Quais os prazos em que veremos essas mesmas obras arrancar? Três meses? Seis meses? Para quando o início de tudo aquilo que aprovámos há uns dias atrás?-----

É que o tempo passa, os jornais imprimem folhas, palavras e fotos e as obras calculadas, previstas e, acima de tudo, acordadas entre os Vereadores deste executivo e os representantes das Freguesias, lamentavelmente, já parecem ser passado. Parecem ser significativamente menos importantes do que realizar, promover e custear campeonatos mundiais de uma qualquer modalidade."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Hão de compreender que eu já tenho mais de cinco anos de vida política e consigo traduzir as intervenções.-----

Os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Alhadas, Moinhos da Gândara, Tavadede, Paião, Vila Verde, Buarcos e São Julião, Marinha das Ondas, Lavos, São Pedro, Quaiaios, Bom Sucesso, Alqueidão e Ferreira-a-Nova, sabem bem da disponibilidade que sempre temos para o trabalho que nos é solicitado, naturalmente, cumprindo as regras mínimas de relacionamento cívico.-----

Ainda este fim de semana, perante um caso de um possível dano ambiental em



território da Freguesia de Alqueidão, recebi um email da senhora Presidente de Junta e dei instruções aos serviços para, de imediato, irem ver o que se passava e me apresentarem um relatório. Foi avisado o departamento competente da Guarda Nacional Republicana, e dei instruções para que facultassem o relatório, que me era dirigido, à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão. Idêntico procedimento tenho com as outras Juntas de Freguesia sempre, ou em visitas, como o fiz na semana passada em Vila Verde e há semanas em Quiaios.-----

Em relação a obras futuras direi: o executivo anterior sabe tão bem quanto nós de algumas questões que se colocavam, se colocam e carecem de ser resolvidas antes de se iniciarem outras obras. Com certeza, as obras inscritas no Orçamento deste ano são, salvo motivo excecional, para serem lançadas nos termos da lei, e assim será feito com todas as Freguesias.-----

Como não gosto de ser cínico a fazer as coisas, não citei a Freguesia de Maiorca porque o relacionamento não se tem passado nos termos que referi. Contudo, ainda hoje o senhor Vereador Manuel Domingos lá esteve a tratar de dois taludes, acompanhado do Chefe de Divisão de Projetos e Obras da Câmara.-----

Os senhores Vereadores são livres de se deslocarem aonde quiserem no território municipal, ou fora dele, todavia, em trabalho, nós temos a nossa agenda de trabalho e todos se deslocam em função das solicitações feitas e da distribuição de trabalho definida. É assim o estipulado!-----

Portanto, não há nenhuma discriminação nem exclusão, procuramos trabalhar no sentido de resolver tanto quanto nos é possível. A senhora Vereadora Olga Braz esteve anteontem na Marinha das Ondas por causa de terrenos e do Centro de Saúde. Teve ocasião de me enviar fotografias do ponto de situação das obras e, agora, vamos entrar na fase dos equipamentos. A senhora Vereadora Anabela Tabaçó ainda há dois dias esteve nos Bombeiros Sapadores. Andamos, por tanto lado quando podemos, e vamos procurando resolver os assuntos à medida que, naturalmente, nos é possível.-----

Não escondo, às vezes não sei dizer ao certo qual é, mas é uma Freguesia em que, normalmente, é a secretária da Junta que escreve. Eu acho sinceramente, deve ser engano e, portanto, se calhar daí o problema de resposta. Porque julgo que aquilo não é dirigido a mim, chego até a pensar ser uma partida de Carnaval.-----

Eu estava só a transmitir à Assembleia pois, acho ter esse dever.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Rui Pinto Ferreira.-----

RUI PINTO FERREIRA: "Senhor Presidente da Câmara, uma vez mais não obtive resposta



rigorosamente nenhuma, exceto aquela de que todas as obras do orçamento de 2022 serão para ter início durante o próprio ano, salvo exceções.-----

A Freguesia de Maiorca, garantidamente, não será essa exceção. Estou em crer que toda a população da minha Freguesia julgará isso. Tomara eu, na Junta de Freguesia de Maiorca, receber emails da senhora Secretária do senhor Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Têm sido tratadas várias obras para a Freguesia de Maiorca, quer no estudo dos investimentos para este ano com a Águas da Figueira, S.A., quer tapetes e passeios em Santo Amaro da Boiça.-----

Ainda hoje estive a tratar do processo das obras do Palácio Conselheiro Branco, uma obra que, espero bem, retome e acabe rapidamente, dado o estado de perigosidade em que se encontra, tendo vários materiais da Junta de Freguesia lá dentro.-----

Portanto, obras na Freguesia de Maiorca são variadíssimas, não tenho dúvidas sobre isso. E as exceções que eu referi serão sempre algo que transcenda o Concelho, nada que dependa de decisão nossa."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Rui Pinto Ferreira.-----

RUI PINTO FERREIRA: "Então, dirigir-me-ei de forma específica ao senhor Presidente da Câmara - a obra de requalificação do edifício Casa da Praça, propriedade da Junta de Freguesia de Maiorca, vai ou não ser feita no ano de 2022?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Está inscrita em Orçamento. É evidente que o Orçamento é sempre uma previsão, mas a nossa vontade é que assim aconteça."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

S - CONFINAMENTO/TELETRABALHO/AULAS REMOTAS/INSTALAÇÃO DE FIBRA ÓTICA EM BORDA DO CAMPO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Pedro Miguel Jorge.-----

PEDRO MIGUEL JORGE: "Na última sessão desta Assembleia tive a oportunidade de colocar uma questão relativa à possível instalação de uma ou duas antenas amplificadoras de sinal de rede na localidade da Borda do Campo, no sentido de melhorar o acesso à Internet às populações locais, permitindo, assim, em tempos tão exigentes como os atuais, usufruírem de melhor sinal de rede para trabalho e estudo. Na altura, referiu que iria tomar boa nota dessa sugestão. Houve algum avanço significativo nesta matéria?-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----



PRESIDENTE DA CÂMARA: "Senhor deputado municipal Pedro Miguel Jorge, mal saímos da outra Assembleia Municipal perguntei aos serviços se existiam estes dados sobre a cobertura do Concelho por rede de fibra ótica e outros graus cobertura.-----
A NOS e a Vodafone responderam-nos, da parte da Meo não há trabalho, mas é manifesta a disparidade entre Freguesias nesta matéria, quer para a cobertura agora, quer para a prevista para daqui a cinco anos.-----
Eu vou pedir para distribuir aos Presidentes de Junta de Freguesia e aos deputados municipais as respostas obtidas em relação à cobertura atual e à previsão a cinco anos.-----
A captação de sinal na Borda do Campo, eu gostava de concretizar a seguir a ter estes dados. Tem sido difícil obtê-los porque não detalham, só dão as percentagens, não detalham quais são as casas, os assinantes, o número de assinantes, por força do Regulamento Geral da Proteção de Dados.-----
Agora, senhor deputado, quero assegurar-lhe ser esta uma matéria na qual estamos vivamente empenhados em garantir a cobertura mínima do que são as vantagens da civilização em que vivemos a todas as Freguesias do Concelho.-----
E, por isso, espero que até à próxima Assembleia Municipal possa estar concretizada a captação de sinal rede que foi solicitada."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

T - CONCESSÃO DA ÁGUAS DA FIGUEIRA, S.A.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Pedro Miguel Jorge.-----

PEDRO MIGUEL JORGE: "Na última campanha eleitoral defendeu o regresso do serviço da Águas da Figueira, S.A. à esfera pública, matéria em que o Bloco de Esquerda está de acordo em absoluto.-----
Face à posição então manifestada, mantém a intenção de devolver ao domínio público um serviço tão fundamental como a gestão da água em todas as suas valências, tal como defendido no seu programa eleitoral?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Isso não estava no nosso programa de candidatura, mas sim no programa de candidatura do Partido Social Democrata protagonizado pelo Dr. Pedro Machado.-----
A concessão, de facto, termina em 2026. Este mandato autárquico termina nessa altura e, naturalmente, o assunto terá de ser tratado e decidido antes. É uma hipótese que não pode ser excluída, mas não estava no nosso programa de candidatura."-----



A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

U - PLANO DIRETOR MUNICIPAL - ZONAS INDUSTRIAIS E ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Edgar Pedrosa Gonçalves.-----

EDGAR PEDROSA GONÇALVES: "O Plano Diretor Municipal, aprovado pelo executivo camarário, em 06 de março de 2017 e Assembleia Municipal de 30 de junho de 2017, conta já com perto de cinco anos. Os seus três pontos fundamentais, segundo o executivo da altura, seriam regularizar dezenas e largas situações que estavam ilegais, facultar a ampliação de alguns espaços de indústria, e ordenar a questão urbanística ao nível das Freguesias.-----

Ora, passados quatro anos e meio, estes espaços de indústria estarão por resolver, com exceção da ampliação da Zona Industrial da Figueira da Foz, a qual no meu entender podia ser mais ambiciosa, uma vez que com a ampliação para o lado poente entre a Zona Industrial e a Estrada Nacional 109, cerca de 24 hectares, estaríamos perante mais de 35 lotes. Lanço o desafio ao executivo.-----

Mas, o Pincho e o Vale de Murta estarão por resolver. Sabemos que o Pincho é para avançar e o mesmo tem uma capacidade de 125 hectares em plano, mas pode ser aumentada em mais do dobro, estando fora de Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional. Contudo, falta a Zona Industrial do nó do Sul da A17, com cerca de 47 hectares, onde ainda nada se fez.-----

Com entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, caíram os Planos Urbanísticos do Paião, Quiaios, Murtinheira, assim como o da Figueira da Foz, que englobava Figueira da Foz, Buarcos e São Julião e Vila Verde e, também, o Plano de Pormenor do Bairro Novo e Matadouro.-----

Julgo que deve existir planeamento mais adequado em algumas zonas. Atualmente, existem seis zonas de Área de Reabilitação Urbana - Buarcos, Figueira da Foz, Cabedelo, Tavadrede, Quiaios e Maiorca. Caiu, por inoperância, a Área de Reabilitação Urbana de Alqueidão.-----

É urgente a Área de Reabilitação Urbana em Alqueidão, Paião, Alhadas, Brenha, São Pedro e Vila Verde, sendo que uma Área de Reabilitação Urbana em Seiça e um Plano de Pormenor deste espaço, é também de extrema importância."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

V - ÉPOCA DE INCÊNDIOS E LIMPEZA DE TERRENOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Agora há duas outras situações que eu gostaria de dar



conhecimento a esta Assembleia.-----

Estamos no último mês do Inverno, estamos a atravessar um tempo de seca, aproxima-se a época de incêndios, apesar de agora ser época de incêndios quase todo o ano, como temos visto nas últimas semanas, por isso mesmo, vou dar-vos nota das informações que recolhi.-----

A Águas da Figueira, S.A. transmitiu que, de facto, nesta altura, para eles a situação não é distinta de anos transatos, e que estão preparados para garantir o normal abastecimento de água à população, mesmo na época de maior concentração populacional.-----

A monitorização semanal reflete a escassez de água referida, pelo que, a empresa tem vindo a assegurar a preservação dos recursos hídricos subterrâneos, a reserva estratégica fundamental, reduzindo a extração da água dos furos, não extraíndo mais que o caudal ecológico, para permitir a manutenção dos lençóis freáticos.--

A Estação de Tratamento de Águas Residuais de Vila Verde que capta a água do canal adutor do rio, neste quadro, terá de produzir mais água potável para garantir o abastecimento, nos termos normais, à totalidade do Concelho.-----

A capacidade instalada de produção da água potável é duas vezes superior ao caudal diário, não oferecendo, por isso, qualquer preocupação.-----

Pedi, igualmente, aos Serviços do Ambiente para me fazerem a conferência da área em que temos estado a intervir em termos de limpeza de terrenos e matas, e tenho aqui os números.-----

Refiro, em propriedade municipal intervimos no primeiro semestre em 71 hectares, e no segundo em 25 hectares; já em terrenos particulares, que não cumpriram as notificações, no primeiro semestre 03 hectares e no segundo 14 hectares.-----

No ano de 2021, no primeiro semestre um total de 69 notificações, das quais foram cumpridas 55, e no segundo semestre 82, das quais foram cumpridas 70. Daquelas não foram cumpridas, como é óbvio, houve depois a devida intervenção da nossa parte. No ano 2022, já fizemos 26 notificações.-----

Para além da questão da água e da limpeza das matas e terrenos, foi convocada uma reunião do Conselho Municipal das Florestas para o próximo dia 03 de março, e do Conselho Municipal da Segurança e da Proteção Civil para o próximo dia 4 de março, para levarmos a cabo a concretização da estratégia que está a ser desenvolvida, de modo a podermos enfrentar os tempos que aí vêm com a devida segurança, tanto quanto possível.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



W - ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Temos também presente na nossa agenda, até em função das palavras do senhor Primeiro-Ministro, que todo o país e, nomeadamente, o nosso Concelho se deve preparar, em termos de ação social, para o acolhimento de refugiados em fuga dos seus territórios, nomeadamente, da Ucrânia, que sejam vítimas de guerra.-----

E, portanto, o nosso Concelho deve ser, naturalmente, solidário nesse esforço nacional, como é próprio da maneira de ser Lusa."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

X - PORTO DA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Paulo Nisa Mariano.

PAULO NISA MARIANO: "Foi aqui falado em várias zonas industriais, tudo somado são mais 200 hectares. É muito bonito solicitar ao senhor Presidente da Câmara para construir e ampliar zonas industriais, mas se depois não dermos condições aos empresários a montante e a jusante dos seus negócios para virem para cá, nenhum põe cá os pés. Portanto, é preciso ter muito cuidado com isso.-----

O senhor Presidente está de acordo, já o manifestou aqui publicamente, com a eletrificação da Linha do Oeste. A Linha do Oeste parece que vai ser eletrificada. Para nós, passageiros, vai ser muito importante e, abstraindo-me dos meus interesses pessoais no Porto da Figueira, estamos aqui a falar é dos interesses do Concelho da Figueira da Foz e até do país, todos nós sabemos que as celuloses e outras grandes indústrias, atualmente instaladas na Figueira da Foz, só vieram para cá por causa da proximidade do Porto. Se não, não tinham posto aqui os pés. Isto é público, é conhecido!-----

O Governo agora em funções não fez nada por este Porto nestes anos, nem um simples Subsecretário de Estado visitou a Figueira da Foz, pelo menos que a comunidade portuária da Figueira da Foz, da qual eu sou Vice-Presidente há muitos anos, tenha tido conhecimento. Isto é muito grave!-----

E cuidado com a linha do Oeste. A antiga Comboios de Portugal, E.P.E., I.P., como lhe chamam agora, está-se a preparar para fazer um Porto seco, pois não tem água (eu acho uma fantasia um Porto seco), em Leiria, e isso vai sugar a possibilidade de grandes, médias ou pequenas indústrias virem para a Figueira da Foz. Porquê? Porque um Porto seco é principalmente e maioritariamente para os contentores.--- Ora, nós temos aqui um Porto próprio para trabalhar com contentores, mas que



trabalha muito pouco, um navio por semana quando podia ter um navio por dia. Só não tem porque este Governo, há uma data de anos a governar este país, não fez obra nenhuma.-----

No entanto, a maior draga do mundo, que fez as ilhas no Dubai, esteve em Aveiro a retirar quatro milhões de metros cúbicos de areias, e estão a desenvolver o Porto de Aveiro de uma forma fantástica. E nós aqui com indústrias - temos o segundo maior cluster de papel e de pasta do mundo - não se faz obra!!!-----

Aquela obra que se começou a falar no tempo do Dr. João Ataíde e tão fundamental era para a Figueira da Foz - retirar os tais três milhões de metros cúbicos de areia da Praia - resolveria muitos problemas da barra. E o aprofundamento do canal onde os privados, pela primeira vez em Portugal foram obrigados a assinar um Protocolo (que eu assinei em nome de uma empresa que represento) para pagarmos uma obra, isto não lembra o pai Natal, no canal e bacia de manobra, e nada está a ser feito!!!-----

A Figueira vai sofrer fortemente e, agora, com esta questão do Porto seco em Leiria, é tirar os contentores da Figueira para Leiria, é puxar as empresas para Leiria e não trazer nenhuma para aqui."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**4 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E DA
INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL**

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira e de uma listagem dos processos contenciosos pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "O que eu vou dizer, não tem a ver com este executivo, é um karma, como diriam os meus camaradas, de há muito tempo a esta parte - esta informação peca sempre por diminuta, na medida em que ficam sempre atas por serem vertidas no documento. Desta vez, falta a segunda reunião de janeiro e as duas de fevereiro.-----

Outro dos karmas é a questão dos trabalhos a mais. Sem desvalorizar o facto de também haver trabalhos a menos, portanto, redução de verbas em trabalhos não executados por não serem considerados necessários, é sempre a mesma coisa: trabalhos a mais, mais dinheiro... Porque será que as empresas não apresentam orçamentos mais fidedignos junto da Câmara Municipal para, depois, não assistirmos



a isto?!-----
Sem constar desta informação, tomei conhecimento pela comunicação social que o Mercadona foi autorizado e que, ao mesmo tempo, o senhor Presidente do Executivo foi dizendo que seria bem melhor que se protegesse o comércio local. Pois, eu também acho que sim, aliás, sou uma compradora compulsiva no comércio local e o senhor Presidente da Câmara sabe isso, porque já tivemos oportunidade de conversar sobre este assunto. Ora, a instalação de mais uma média superfície não ajuda a esta proteção do comércio local, como bem sabemos.-----
Entretanto, direi que a menos que eu tenha visto mal o meu correio eletrónico, que é lamentavelmente assaltado frenética e selvaticamente pelas publicidades, ou posso não ter procurado bem, mas acho que ainda não recebi todos os documentos que solicitei a este executivo, e estamos no centésimo segundo dia da sua vigência.-
Na página quatro, menciona-se uma minuta de um Protocolo com a COFAC - Cooperativa de Formação e Animação Cultural, CRL, ligada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Eu gostaria de ter acesso a esse documento pois desconheço o seu teor.-----
A páginas seis, fala-se do Prémio Literário João Gaspar Simões. Eu volto à vaca fria - este prémio surgiu, e eu tenho o maior respeito por João Gaspar Simões, um figueirense, abolindo o Prémio Joaquim Namorado, alguém que teve assento e uma presença importante até nesta Assembleia Municipal. Então, para quando homenagear Joaquim Namorado através de um prémio?-----
Na página nove, refere-se de novo a questão das espécies invasoras. Estas espécies invasoras são, por exemplo, os jacintos que descem pelo rio, atacam as redes de esgotos, e se transformam naquela complicação terrível dos anos anteriores?-----
A páginas onze, aborda-se o tratamento dos espaços verdes e constato, com pesar, que se faz uma nova externalização de serviços, através da contratação de uma empresa. Os serviços camarários não são suficientemente competentes para tomarem a seu cargo a manutenção dos espaços verdes?!-----
Na página doze, volta-se a falar do Jardim Municipal que, para mim, não é um Jardim é um Parque, e ele está-nos cada vez mais caro. Sempre que se fala nele é para fazermos contas de somar...-----
A páginas vinte e um, pode ler-se que o senhor Lídio Lopes, cidadão deste Concelho, doou um espólio de fotografias para serem guardadas e catalogadas no Arquivo Municipal. Este espólio é relevante para o Arquivo Municipal? É que se é, o Partido Comunista Português também tem lá umas fotografias bem giras das campanhas



eleitorais...-----

Na página vinte e dois, fala-se de rearborização do território e até tive a curiosidade de ler o decreto-lei citado no documento. Quais são as árvores previstas? Eucaliptos? E o que prevê efetivamente o Plano Diretor Municipal para estas zonas onde, agora, há autorização de plantar estas árvores? Repito, que árvores são?-----

Finalmente, a páginas vinte e três, alude-se a um protocolo celebrado com o Hospital Distrital da Figueira da Foz no âmbito da valência de Unidade de Cuidados Paliativos a instalar na Casa da Mãe. O que diz realmente este Protocolo? Peço que me facultem uma cópia do documento. E para quando pensar seriamente na pressão política para a instalação no Hospital Distrital da Figueira da Foz de uma unidade de Cuidados Continuados?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "Em relação à informação da Divisão Jurídica e Contencioso, a páginas quatro, verifico que há já alguns anos se mantém um contencioso de um montante considerável com a empresa Habiserve, Ld.^a, no valor de 500.000 euros. Quais são as perspetivas relativamente ao resultado da decisão judicial desta ação movida contra o Município da Figueira da Foz? O que pensa fazer este executivo em relação a este processo?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Confesso que não consegui tomar nota de tudo o que disse a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz. Lembrava-me do outro mandato e fui lembrado, antes começar este mandato, das suas performances sobre as informações do Presidente da Câmara. Estou a treinar, mas ainda não consigo escrever com a velocidade a que a senhora fala. E, portanto, não vou conseguir responder a tudo, mas julgo que talvez responda aquelas questões que mais quer ver esclarecidas.-- Em relação aos jacintos, como sabe, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, há cerca de dois anos, adquiriu uma máquina com muita capacidade para fazer a limpeza dessa espécie complicada para o equilíbrio ambiental, a qual tem desenvolvido o seu trabalho nomeadamente nas águas próximas ou mesmo nas águas no nosso Concelho.-----

Relativamente aos espaços verdes já vinham a ser contratadas empresas externas por não termos capacidade instalada, sendo esta a explicação que me é transmitida. A estas empresas compete, ainda, toda tarefa de manutenção e de criação de novos espaços verdes e respetivo embelezamento.-----



O Protocolo com a COFAC – Cooperativa de Formação e Animação Cultural, CRL, ligada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, tem em vista a cooperação em matéria de saídas profissionais, mais concretamente, estágios profissionais.---- Quanto ao Prémio Joaquim Namorado, tomei boa nota. Vou confirmar o que se passa e tomar as providências necessárias para lhe poder dar uma resposta.-----

O Protocolo com o Hospital Distrital da Figueira da Foz destina-se a uma Unidade de Cuidados Paliativos. A senhora falou depois na unidade de cuidados continuados ou está a referir-se aos Cuidados Intensivos?-----

Cuidados continuados, como sabe, há uma entidade que tem um projeto para os fazer, a Fernão Mendes Pinto, embora talvez outras entidades o devessem fazer também. Naturalmente, nós temos a aspiração de conseguir que no Concelho existam camas na Rede Nacional de Cuidados Continuados e, portanto, com a correspondente participação, que é muito significativa.-----

O facto de o Hospital Distrital ir fazer esta Unidade de Cuidados Paliativos num processo que vinha, é sempre bom dizê-lo, do executivo anterior, que foi assinado e teve muito pequenas retificações, neste caso como sabe, o projeto fica a cargo da Câmara e a obra a cargo do Hospital.-----

Obviamente, os cuidados continuados são também um objetivo. Os cuidados intensivos foram falados na reunião com o Hospital Distrital, têm depois os encargos a propósito dos recursos humanos necessários, apesar de termos uma população circundante de cerca de 120.000 pessoas, o necessário para o Hospital poder ter cuidados intensivos. Mas é uma matéria que está transitada para o novo Governo. - Sobre a rearborização do território não estou em condições de dar agora a resposta e sobre o resto, espero ter respondido a tudo.-----

Sobre a questão suscitada pelo deputado municipal Pedro Miguel Jorge, como diria o senhor Presidente da República, não me devo pronunciar sobre processos que estão a correr os seus trâmites em Tribunal, mas a Câmara Municipal está-se a bater, naturalmente, com todas as forças para que a sua posição tenha acolhimento, como é óbvio. Trata-se de uma questão complexa que cabe ao Tribunal decidir.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

5 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

5.1 - FFNEV PORTUGAL I, LD.ª - OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE TRÊS CENTRAIS FOTOVOLTAICAS DE PEQUENA PRODUÇÃO (UPP), NUMA ZONA DESIGNADA



**DE «LAGOA DE BAIXO», FREGUESIA DE LAVOS - PROPOSTA DE
DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL**

Pelo Presidente da Câmara foi presente uma proposta no sentido de se declarar o interesse público municipal para instrução, junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, do processo da Ação de Relevante Interesse Público das obras de construção de três Centrais Fotovoltaicas de pequena produção (UPP), a implantar em quatro parcelas de terreno contíguas, com uma área total de 72636 m², numa zona designada de «Lagoa de Baixo», Freguesia de Lavos, em virtude de uma parte desse terreno se localizar na Reserva Ecológica Nacional.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 15 de dezembro de 2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Estudei este assunto com muita atenção e ressaltam-me aqui algumas questões que considero importantes.-----

Para já, o lavar de mãos das entidades que não têm ideia formada sobre este assunto e esperam umas pelas outras, emitindo pareceres condicionados a posteriores pareceres de outras entidades, os quais consideram mais válidos que os seus. Faltam aqui hoje pareceres, nomeadamente, das duas associações ambientalistas referidas e da Junta de Freguesia.-----

Esta questão das energias limpas é muito bonita, e a Coligação Democrática Unitária defende que haja energias limpas, mas constata com tristeza que são sempre os mesmos a ganhar. A partir do momento em que se passou a consumir energia limpa isso não se refletiu no bolso dos consumidores, quando deveria ter-se refletido.. Perante tudo isto e as minhas dúvidas, vou abster-me neste ponto."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "O Bloco de Esquerda considera que esta obra de construção de três centrais fotovoltaicas de pequena produção é um passo no bom sentido - na criação de estruturas promotoras da utilização de energias sustentáveis limpas, fomentando assim as melhores práticas ambientais no nosso Concelho. Isso vai totalmente ao encontro da visão do Bloco de Esquerda sobre o que deve ser o nosso Concelho em termos de políticas ambientais, e como tal merece a minha aprovação."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O que esta Assembleia Municipal irá decidir hoje aqui será a declaração de interesse público municipal para seguir para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Depois, naturalmente, o



desenvolvimento do processo obrigará à pronúncia e confirmação do cumprimento de todas as condicionantes levantadas, ou não.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas da alínea r) do n.º 1 e j) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, e art.º 21.º do Decreto Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, deliberou, por maioria, com trinta e nove votos a favor dos membros do Partido Socialista, dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, duas abstenções do membro da Coligação Democrática Unitária e do membro do Partido Socialista, José Coelho Silva, e sem votos contra, declarar o interesse público municipal das obras de construção de três Centrais Fotovoltaicas de pequena produção (UPP), a implantar em quatro parcelas de terreno contíguas, com uma área total de 72636 m2, numa zona designada de «Lagoa de Baixo», Freguesia de Lavos, para instrução, junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, do processo da Ação de Relevante Interesse Público, em virtude de uma parte desse terreno se localizar na Reserva Ecológica Nacional, com fundamento no facto de a construção desta central fotovoltaica contribuir ativamente para a redução das emissões de gases de efeito estufa, decréscimo da dependência de centrais baseadas a hidrocarbonetos, descentralização da produção de energia elétrica, diminuição de necessidades de importação de derivados petrolíferos, incorporação de energias renováveis no mix energético sem sobrecusto na fatura da eletricidade, contribuindo na freguesia de Lavos para produção de 5280 MWh de energia elétrica limpa, traduzindo-se num investimento de 1,3 milhões de euros e na criação de dois postos de trabalho permanentes e dez sazonais.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.2 - 1.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO PARA 2022

Pelo Presidente da Câmara foi presente para apreciação e aprovação a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2022, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número um à presente ata.-----
Esta revisão tem subjacente a anulação dos montantes de 4.971.711,00 € e



4.971.711,00 € inscritos no Orçamento de 2022, respetivamente, nas rubricas «08.01.99.99 – Outras Receitas Correntes – Diversas», destinada a financiar despesa corrente, e «13.01.99 – Outras Receitas de Capital – Outras» aplicado em despesa de capital, e a inscrição do saldo de gerência apurado, no valor de 11.269.549,78 €, na rubrica «16.01.01 – Saldo da Gerência Anterior – Saldo Orçamental – Na posse do serviço»; a inscrição das ações «Reabilitação de fachadas do Centro Escolar de São Julião/Tavarede – Praça Quinta da Borloteira», com uma dotação de 104.600,00 € e «Mobilidade Areal da Praia», com uma dotação de 120.000,00 €; a reprogramação financeira do investimento «Conversão do Complexo Molinológico dos Moinhos da Gândara em Centro Interpretativo – Obra» antecipando a sua realização na totalidade para o exercício de 2022, e conseqüente ajustamento da comparticipação comunitária prevista para esta ação; o ajustamento da dotação de rubricas de Despesas com o Pessoal, considerando os encargos previstos para o exercício de 2022; o ajustamento do valor das verbas que se estimam receber do Instituto de Gestão Financeira da Educação, Infraestruturas de Portugal, como conseqüência do aumento do valor da despesa a realizar no domínio da Educação; e o reforço da dotação de rubricas de Despesa Corrente («Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos» e «Apoio à Figueira Domus – Empresa Municipal de Gestão de Habitação»).

Esta 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2022 foi votada favoravelmente em reunião de Câmara de 16 de fevereiro de 2022.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: “O grupo municipal do Partido Socialista, em linha com aquilo que fizeram os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, vai-se abster nesta votação.

Mas, eu queria deixar um registo para o futuro e que tem que ver com o seguinte: na última sessão da Assembleia Municipal onde aprovamos o Orçamento, o senhor Presidente da Câmara, num tom pícaro, a determinado momento disse assim «... pois faziam engenharia financeira...». Vossa Excelência corrigir-me-á se, porventura, eu estiver a dizer mal, mas eu suponho que se estava a referir ao seguinte procedimento – guardar para esta altura, portanto, para a aplicação do saldo de gerência ou para o que ainda faltasse do saldo de gerência, a inscrição no orçamento de verbas de compromissos que, à data da elaboração do Orçamento inicial, já eram conhecidos e para os quais não havia alternativa realista senão assumir, à cabeça despesas com pessoal.

Isso foi feito, de facto, noutros anos, e ainda que pudesse estar nos limites da



legalidade, eu nunca achei que isso fosse engenharia financeira por uma razão óbvia, é que hoje no Orçamento essas coisas estão atenuadas no plano metodológico coxo. Porquê? Os passivos transitados, as dívidas têm de lá figurar todas, mas os ativos que transitam, à cabeça o dinheiro que há nas contas bancárias, não. Só nesta altura é que isso é feito.-----

Ou seja, eu achei sempre isso razoável, o senhor Presidente qualificou, como digo em tom pícaro, como engenharia financeira. Nós olhamos para os papéis que nos foram agora distribuídas e o primeiro pensamento que nos vem à cabeça «Bem prega Frei Tomás...». Lá está, despesas com pessoal acrescidas em qualquer coisa como 1,9 milhões de euros. Não vejo mal nisso, compreendo, acho isso razoável e aceitável, mas Vossa Excelência convirá que, no mínimo, incorreu aí numa contradiçãozita.”-

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Ricardo Manuel Santos.

RICARDO MANUEL SANTOS: “Atendendo a que esta 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022 contempla a reprogramação financeira da obra da Rua Direita na Freguesia de Quiaios, reajustando o calendário dos trabalhos cujo início se prevê, agora, para outubro de 2022, permitam-me só deixar aqui algumas notas. O executivo da Freguesia de Quiaios defende hoje, como defendeu no passado, que o investimento previsto para a reabilitação da zona histórica de Quiaios, que passa pela beneficiação da Rua Direita, é um instrumento de valorização do espaço urbano que devolve espaço público aos cidadãos e dá um sinal muito claro da aposta que temos de fazer na área da reabilitação urbana.-----

No entanto, defendemos hoje como defendemos no passado, que esta obra não poderia começar sem antes se projetar e executar uma alternativa que permita o tráfego rodoviário, essencialmente de veículos pesados, entre Quiaios - Praia de Quiaios e Murtinheira. Lembro e queria lembrar esta Assembleia que as alternativas no interior da vila não comportam o trânsito de veículos pesados, pelo que fechando a Rua Direita não há qualquer forma destes veículos (e estamos a falar de autocarros de passageiros e de veículos de transporte de mercadorias) chegarem à Praia que é, como todos sabemos, o motor do desenvolvimento da Freguesia.-----

Portanto, não estando consumada esta alternativa estão, naturalmente, validados os argumentos para mais um adiamento da obra e para a diminuição da rubrica aqui apresentada.-----

Agora, senhor Presidente de Câmara, nós Quiaenses ficaríamos muito mais tranquilos e esperançosos se estes cerca de 300.000 euros fossem, de facto, alocados a esta alternativa, o que infelizmente não se verifica. Adiámos a obra para ter início



em outubro de 2022, iremos certamente voltar a adiá-la porque senhor Presidente, como saberá, o Orçamento não previa e continua a não prever verbas para esta alternativa.-----

Gostaria ainda de sublinhar - esta nova via de acesso à Praia de Quiaios é uma necessidade efetiva da Freguesia de Quiaios para que se faça a obra, mas vai muito para além da obra. A Rua Direita, como sabemos, é o único acesso à Praia de Quiaios e Murtinheira. É imperioso criar-se uma alternativa que possa responder numa situação de emergência. Se houver um problema naquela via é impossível chegar àquelas povoações. E é verdade que o «Enforca Cães» minimiza este problema, mas não o resolve, até porque, como sabemos, está prevista a proibição de trânsito a veículos com mais de 2500 quilos, o que mais uma vez vai impossibilitar o trânsito de viaturas pesadas.-----

Temos efetivamente, e todos concordarão comigo, de dar segurança às pessoas que vivem na vila, que ali fazem o seu dia a dia e que, principalmente no Verão, disputam a Rua Direita com os automóveis, fazendo perigar muitas vezes a sua própria integridade física. Esta alternativa, senhor Presidente, como já tive oportunidade de lhe dizer pessoalmente, não tem de ser uma Circular Externa, tem de ser uma solução ajustada às necessidades da Freguesia, balanceando naturalmente o impacto desta alternativa no comércio do centro da vila com as preocupações de segurança e as exigências do desenvolvimento económico da Freguesia.-----

Esta minha intervenção, senhor Presidente, vai, pois, no sentido de reforçar a necessidade premente de projetar e consumir a construção de uma alternativa para quem quer chegar às praias de Quiaios e Murtinheira. Que estes 300.000 euros que nesta Revisão irão dar resposta a outras prioridades, possam em próximas revisões orçamentais ou no próximo exercício orçamental fazer parte da dotação desta obra. E termino, naturalmente, reafirmando que o executivo da Freguesia de Quiaios faz parte e quer fazer parte das soluções, sejam elas a favor das populações e que promovam a melhoria da sua qualidade de vida."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Senhor deputado municipal José Fernando Correia, eu não vou aqui reproduzir o debate travado em reunião de Câmara sobre essa matéria, ou porque é que fizemos isso, ou não fizemos. Há aqui um debate sobre o ovo e a galinha.-- Sobre esta Revisão, O deputado municipal José Fernando Correia foi gentil e disse o senhor Presidente há de reconhecer que, pelo menos aqui, tem uma contradiçãozita. Respondo-lhe dizendo que também sou pecador...-----



Mas vou dizer o seguinte: se no orçamento do ano que vem vir o mesmo, eu peço-lhe o favor de fazer uma intervenção a sublinhar vivamente esse facto. Não estou a dizer que seja errado o que se fez, porque como disse, o orçamento é coxo, transita uma coisa não transita outra e, portanto, também não é errado. Mas, para mim engenharia financeira também não é ofensivo. Até aprendi alguma engenharia financeira com alguns não financeiros, talvez economistas, mas alguns brilhantes, e não é mau, desde que estejam salvaguardados no plano da moral e da ética, e aqui não há nada que a fira.-----

Senhor Presidente da Junta de Quiaios, respeito imenso e estou de acordo com o que disse. Fui lá consigo ver a alternativa que estava pensada. É difícil e o que estou a afirmar não envolve nenhuma crítica para ninguém. Mas, tem o compromisso da minha parte - estou disponível para levar a reunião de Câmara se for necessário, ou para despachar nesse sentido, para em conjunto com a Junta de Quiaios se proceder à contratação de um serviço que nos permita estudar de imediato, com prazo fixo até este ano, a tempo do Orçamento do próximo ano, qual a alternativa em que todos acreditemos e, de facto, seja viável e contribua para resolver o problema que referiu, sem implicar a Circular Externa que não esconjuro mas, sabemos as dificuldades grandes que tem.-----

Portanto, se a Junta de Freguesia estiver nessa disposição, se legalmente for possível, julgo que é, da minha parte têm o compromisso de trabalhar imediatamente para pedirmos esse estudo em colaboração com as entidades públicas envolvidas, por forma a podermos fazer um traçado de via que cubra as necessidades que, por exemplo, agora a estrada do «Enforca Cães» não resolve.-----

A esse propósito permita-me senhor Presidente só contar que recebi um ofício interessante da Direção Geral de Energia e Geologia a perguntar quem se responsabiliza depois pela segurança da Estrada do Enforca Cães. Como sabe, é um processo que envolve os proprietários privados, a Direção Geral de Energia e a Câmara. Pedi para perguntarem à Direção Geral de Energia se quer ser a própria a responsabilizar-se pela segurança porque nós não vemos isso como uma ofensa, mas, como é evidente, terá de ser a Câmara Municipal em colaboração, naturalmente, com as Juntas envolvidas.-----

Agradeço ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quiaios pela correção das suas palavras e alguma compreensão que é precisa. A obra estava prevista para o Verão passado, não avançou por razões compreensíveis, connosco também não. Eu estou disposto a fazer isto imediatamente e tem na palavra de honra que se tivermos



o projeto pronto a tempo procuraremos fazer no próximo Orçamento a correção daquilo que agora teve esta alteração.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Anabela Tabaçó, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA ANABELA TABAÇÓ: “Eu apenas queria fazer aqui uma pequena correção ao que foi dito pelo deputado municipal José Fernando Correia em relação ao valor da revisão dos gastos com pessoal. Eu não estive presente na última reunião de Câmara por motivos de saúde, mas penso que também lá houve esta incorreção - a nossa revisão foi de 1,6 milhões de euros e não de 1,9 milhões de euros. 1,9 milhões de euros foi no executivo do ano anterior, 2021, e não agora no Orçamento de 2022. Era só para ficar registada esta correção.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com treze votos a favor dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, vinte e oito abstenções dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, e sem votos contra, aprovar a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2022, visando a anulação dos montantes de 4.971.711,00 € e 4.971.711,00 € inscritos no Orçamento de 2022, respetivamente, nas rubricas «08.01.99.99 - Outras Receitas Correntes - Diversas», destinada a financiar despesa corrente, e «13.01.99 - Outras Receitas de Capital - Outras» aplicado em despesa de capital, e a inscrição do saldo de gerência apurado, no valor de 11.269.549,78 €, na rubrica «16.01.01 - Saldo da Gerência Anterior - Saldo Orçamental - Na posse do serviço»; a inscrição das ações «Reabilitação de fachadas do Centro Escolar de São Julião/Tavarede - Praça Quinta da Borloteira», com uma dotação de 104.600,00 € e «Mobilidade Areal da Praia», com uma dotação de 120.000,00 €; a reprogramação financeira do investimento «Conversão do Complexo Molinológico dos Moinhos da Gândara em Centro Interpretativo - Obra» antecipando a sua realização na totalidade para o exercício de 2022, e consequente ajustamento da comparticipação comunitária prevista para esta ação; o ajustamento da dotação de rubricas de Despesas com o Pessoal, considerando os encargos previstos para o exercício de 2022; o ajustamento do valor das verbas que se estimam receber do Instituto de Gestão Financeira da



Educação, Infraestruturas de Portugal, como consequência do aumento do valor da despesa a realizar no domínio da Educação; e o reforço da dotação de rubricas de Despesa Corrente («Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos» e «Apoio à Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação»).

Deliberação aprovada em minuta. -----

5.3 - CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA SUBSTITUIÇÃO DE DÍVIDA, AO ABRIGO DO N.º 1 DO ART.º 51.º DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO, NA SUA ÚLTIMA REDAÇÃO

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo para substituição de dívida, nos termos do n.º 1 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação, a celebrar com o Banco BPI, S.A., Sociedade Aberta, até ao montante de 4.694.157,82 € (quatro milhões seiscentos e noventa e quatro mil cento e cinquenta e sete euros e oitenta e dois cêntimos), destinado a liquidar antecipadamente o Acordo de pagamento celebrado com o Banco Comercial Português, S.A., no âmbito do processo de insolvência da Sociedade Paço de Maiorca - Promoção e Gestão de Equipamentos Hoteleiros, cuja informação dos serviços financeiros se dá aqui por integralmente reproduzida, constituindo o anexo número dois à presente ata.

O processo foi precedido de auscultação à Caixa Geral de Depósitos, S.A., Banco BPI, S.A., Banco Comercial Português, S.A., Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Baixo Mondego, CRL., Banco Santander Totta, S.A., Novo Banco, S.A., Eurobic - Banco BIC Português, S.A., Caixa Económica Montepio Geral, Banco CTT e Bankinter, S.A., sendo acompanhado do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município da Figueira da Foz, em cumprimento das disposições combinadas do n.º 4 do art.º 25 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 5 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, ambas na sua última redação.

Das propostas apresentadas a do Banco BPI, S.A., foi considerada a mais vantajosa para o Município, tendo em atenção o spread de 0,82% e a componente de determinação da taxa de juro variável, indexada à Euribor a 06 meses (base 360 dias).

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 16 de fevereiro de 2022.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Só um pouquinho de História: quando foi adquirido o Paço de Maiorca eu bati palmas e, depois, passei a votar contra todas as alterações que daí advieram, nomeadamente a intenção de transformar aquele espaço tão bonito numa



unidade hoteleira de charme, como agora é charmoso dizer-se.-----
Claro que a Câmara Municipal tem de ser pessoa de bem e tendo sido ordenado pelo Tribunal que pague ao Senhor Doutor Júdice, essa criatura das coisas e das causas, terá de pagar.-----

Mas, estes 6 milhões de euros fazem muita falta ao Município, nomeadamente, na recuperação de vias, mas também, nas freguesias, nos apoios sociais, etc. E eu lembro ao senhor Presidente da Câmara, que já cá está há cento e tal dias, a questão da Rua 10 de Agosto, uma via estruturante da cidade e que está absolutamente lamentável. Seis milhões de euros dão para algumas coisas...-----

E eu quero formular um voto de que se não repitam estes erros futuramente noutras aquisições e no tratamento de outras propriedades do Município. Esta é uma declaração de voto avant-garde, antes da votação."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Uma das promessas do senhor Presidente de Câmara foi que iria realizar uma auditoria aos últimos anos da Câmara Municipal. No âmbito da discussão deste ponto acho que vale a pena perguntar como é que está então o andamento dessa auditoria."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Antes de propor uma auditoria, pedi aos serviços do Município para me fazerem o levantamento da evolução financeira da situação do Município, nomeadamente, em relação à evolução da dívida e também em matéria de recursos humanos, desde 2001 até à presente data.-----

Como não me chegavam os dados, preparei uma proposta para ser levada a reunião de Câmara para a realização da auditoria. Antes de fazer a agenda definitiva recebi os dados que tinha solicitado no início do mandato, isto aconteceu na reunião de Câmara anterior. Pode parecer-vos estranho, mas ainda não tive o tempo que queria para analisar tudo isso, este fim de semana é complicado, mas para a semana acabo se Deus quiser e, depois, a partir daí, conhecendo os dados fornecidos pelo próprio Município, tomaremos a decisão de partir para essa auditoria, que quero que seja feita numa base consensual, participada pelas entidades competentes, e não como arma de arremesso.-----

Não sei qual será o resultado. Será algum que espero, ou não, ou até mesmo se me surpreenderá, não faço ideia.-----

A este propósito gostava de dizer que cessa agora funções o Dr. Victor Pereira, Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, a quem aqui também na



Assembleia Municipal quero dirigir uma palavra em meu nome, e no de muitos que já tiveram também responsabilidades nesta Câmara, designadamente, o Presidente da Câmara que me antecedeu, a quem já ouvi fazer a mesma referência à capacidade e competência deste técnico em tempos financeiramente difíceis para o Município.-- Cessa estas funções, mas vai sempre continuar a colaborar ao mais alto nível na área da auditoria interna e permanente que deve existir em qualquer entidade como a Autarquia."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas da alínea f) do n.º 1 e n.º 4, ambos do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, n.º 5 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, ambas na sua última redação, e verificados os requisitos previstos nos n.ºs 3 e 6 do art.º 51.º do último diploma invocado, deliberou, por maioria, com quarenta votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, uma abstenção do membro da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, aprovar a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo para substituição de dívida junto do Banco BPI, S.A., Sociedade Aberta (destinado a liquidar antecipadamente o Acordo de pagamento celebrado com o Banco Comercial Português, S.A., no âmbito do processo de insolvência da Sociedade Paço de Maiorca - Promoção e Gestão de Equipamentos Hoteleiros), até ao montante de 4.694.157,82 € (quatro milhões seiscentos e noventa e quatro mil cento e cinquenta e sete euros e oitenta e dois cêntimos), com prazo de amortização até 15 (quinze) anos, reembolso em prestações trimestrais e postecipadas sucessivas constantes de capital e juros, taxa de juro indexada à Euribor (base 360 dias) a seis meses acrescida de um spread de 0,82%, e possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida, sem qualquer penalização para o Município, desde que, no final de um período de contagem de juros e com aviso prévio de 30 (trinta) dias.-----
Deliberação aprovada em minuta.-----**

5.4 - ALTERAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Pelo Presidente da Câmara foi proposta uma alteração da Organização dos Serviços Municipais, no sentido de se criarem (02) duas unidades orgânicas nucleares - o Departamento de Ambiente, Ciência, Inovação e Obras Municipais e o Departamento



de Planeamento e Urbanismo - mantendo as restantes unidades orgânicas nucleares - o Departamento de Administração Geral e Finanças e o Departamento de Cultura e Turismo; (02) duas unidades orgânicas flexíveis - a Divisão de Ciência e Inovação integrada no Departamento de Ambiente, Ciência, Inovação e Obras Municipais, e a Divisão de Planeamento integrada no Departamento de Planeamento Urbanístico, fixando-se em (27) vinte e sete o número máximo de unidades orgânicas flexíveis; se extinguir o Gabinete de Apoio ao Novo Município e a Subunidade Orgânica de Núcleos Museológicos integrada na Divisão de Cultura, fixando-se em (11) onze o número máximo de subunidades orgânicas flexíveis; e, finalmente, se alterar a designação e as competências do Serviço de Museu que passa a incluir os Núcleos e a denominar-se Serviço de Museus e Núcleos.-----

Esta proposta tem subjacente o facto de se pretender operacionalizar de forma mais eficiente os Serviços Municipais, e foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 16 de fevereiro de 2022.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Nós entendemos que a área do Urbanismo - que passa a ser Planeamento e Urbanismo - e também a das Obras Municipais - que passa a designar-se Ambiente, Ciência, Inovação e Obras Municipais - devem estar ao nível de Departamento.-----

Tive ocasião de dizer na reunião de Câmara e mantenho, que tenho pena de considerar, neste momento, ainda não devermos avançar para um Departamento de Assuntos Sociais, tendo em conta, nomeadamente, que estamos a receber competências na área da Saúde e, em princípio, a partir de um de abril ou de um de dezembro, as competências na área da Ação Social, nesta altura em discussão com o Governo e na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Porém, entendemos ser mais prudente assim e daqui a uns tempos, se Deus quiser, vamos ver se isso será possível.-----

O reflexo em abstrato deste aumento de cargos - dois Diretores de Departamento, e uma divisão, extinguindo um serviço - é de cerca de 1,5%, como digo, em abstrato em relação à atual verba de despesa de pessoal, porque a maior parte dos lugares serão providos com trabalhadores ao serviço do Município, pelo que a diferença será muito mais pequena, como é evidente.-----

Até aqui, pelas circunstâncias que referi, havia o Departamento de Cultura e o Departamento de Administração Geral e Finanças e Recursos Humanos, agora, julgamos ser este o passo aconselhável: o Planeamento e Urbanismo, bem como, as Obras Municipais Ambiente Ciência e Inovação passarem ao nível de departamento.-----



Ficou incluída a norma que salvaguarda as comissões de serviço dos dirigentes atualmente em funções, para obviar à queda das suas comissões de serviço por força desta alteração orgânica.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvína Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Hoje falo de karmas... Cada vez que chega um novo executivo desfaz no anterior. É um vício, uma tendência, uma quebra, seja o que for!!! Qual é a consequência positiva desta alteração?-----

Entretanto, na alínea C) da proposta fala-se na extinção do Gabinete de Apoio ao Novo Município. Por que razão é extinto? Vai ser substituído por outro serviço, ou já se perdeu a esperança de que venham novas pessoas de fora para habitar na Figueira da Foz a precisarem de apoio na sua instalação?!-----

O senhor Presidente também já disse haver custos suplementares facilmente adivinháveis e referiu as transferências de competências. De facto, muitas câmaras municipais têm vindo a levantar dúvidas e mesmo firme oposição a aceitarem as transferências de competências. Por exemplo, recentemente Arganil recusou as transferências na área da saúde, transferências essas que foram aceites por este Município, mas com muitas reservas como todos estaremos lembrados.-----

Agora o senhor presidente da Câmara de Arganil, de facto, não as quis e, agora, não digam que é por o senhor ser comunista, que é tal e qual como Putin, não é!”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: “De certa forma, a explicação do senhor Presidente da Câmara já esvaziou marginalmente a minha intervenção, ao ter respondido em parte a uma pergunta que queria colocar.-----

Estou certo que a superior preocupação com a melhor gestão dos serviços municipais, no sentido beneficiar todos os figueirenses, presidiu a esta tomada de decisões, no entanto, gostaria de deixar aqui algumas questões em relação ao referido Departamento de Ambiente, Ciência, Inovação e Obras Municipais. Que organização conceptual presidiu esta escolha, onde os conceitos de Ciência e Inovação surgem misturados com as Obras Municipais? Vai contratar pessoas para este Departamento com um perfil específico? E, por fim, como é que ou em quê este Departamento vai contribuir para tornar o Concelho mais atrativo para os figueirenses?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Esta minha intervenção servirá como justificação para o nosso voto favorável neste ponto e também no seguinte.-----
Entendemos que quem governa e, neste caso, fruto de uma maioria atribuída em ato



eleitoral, deve organizar a sua casa, definir qual a melhor forma de desempenhar as suas funções e, portanto, à partida, nós vamos validar a Alteração da Organização dos Serviços Municipais e a Alteração do Mapa de Pessoal. Tal não quer dizer, evidentemente, que deixemos e abduquemos da nossa responsabilidade, que também nos foi conferida pelo voto, de aqui estarmos não gosto muito da palavra fiscalizar, mas a acompanhar atentamente a forma como se vai refletir na prática esta Organização dos Serviços Municipais.-----

Ainda assim, penso e já agora fica talvez um desafio que, numa futura reorganização dos serviços municipais, deviam ser mais bem clarificadas as razões, a tal base conceptual subjacente, para que ficássemos, à partida, mais conscientes da forma como depois vamos acompanhar a sua efetivação."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: "O grupo municipal do Partido Socialista, tal como fizeram os seus vereadores eleitos, abster-se-á nesta votação, e na mesma linha de argumentação usada pelo deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco.-----

Isto é, aqueles que têm responsabilidades políticas têm também a possibilidade, a faculdade de, dentro dos limites legais, organizarem os serviços como muito bem entenderem.-----

Dito isto, não queria deixar de dizer o seguinte - de facto, da leitura que fiz do documento, ele pareceu-me de qualidade relativamente fraca para uma alteração com certo significado na Estrutura Orgânica, e não se compreende o nexos de causalidade entre a alteração proposta e uma pretensa maior eficácia dos serviços."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "De facto, há aqui uma diferença entre o Poder Local e o Poder Central, pois como sabem, a matéria relativa à organização e funcionamento do Governo e dos seus serviços é da exclusiva competência da sua lei orgânica, ou seja, da exclusiva competência do Governo. Aqui estamos a falar dos serviços que trabalham diretamente com o executivo camarário.-----

O deputado municipal José Fernando Correia referiu não se perceber a lógica entre as alterações propostas e uma maior eficácia dos serviços. Sabe que há pouco tempo, havia um Departamento de Obras e já houve um Departamento de Urbanismo na Câmara durante vários anos. Mas, olhando os anos mais recentes, digamos, há uma diferença em relação ao modelo orgânico adotado na governação do Partido Socialista. Acha que subir a Divisão de Urbanismo a direção de Departamento e fazer a reorganização, põe em causa a eficácia da Câmara?!-----



Eu acho que não há dogmas nesta matéria. Quanto ao modelo conceptual, eu sigo modelos conceptuais para tomadas de decisão noutras matérias. Aqui, com certeza, há vários. Mas, a inspiração primeira sabem qual é? A necessidade, de facto, de conferir maior peso, responsabilização e eficácia aos serviços.-----

Eu não vou cometer a indelicadeza de pedir a outras pessoas para falarem sobre o modo como têm corrido as obras neste Município. Eu se lhes disser que quase em cada processo de obras que nos chega é «cada tiro, cada melro», ou seja, um problema para resolver... Hoje em dia faço uma pergunta, responde um Chefe de Divisão e normalmente responde com a outra divisão que não é da responsabilidade daquele dirigente. Não tenho o responsável, o diretor de departamento!!!-----

Desculpem-me a Cultura, as Finanças e os Recursos Humanos, mas se há área do Município, que tem de ter um departamento, um dirigente ao mais elevado nível, é a do Planeamento e do Urbanismo e os Assuntos Sociais também, com certeza. Portanto, nós precisamos, de facto, de robustecer estas estruturas. E estas, como disse, foram alterações contidas.-----

Quando o deputado municipal José Fernando Correia afirma não corresponderem a qualidade, direi as alterações orgânicas são instrumentais em si mesmo, são o instrumento da estrutura orgânica que consideramos mais adequada para atingir os objetivos de governação. À luz desse princípio, salvaguardamos as comissões de serviço dos dirigentes em funções, porque senão, talvez também, tivéssemos optado por outra solução. Mas procuramos ser modestos e contidos.-----

O deputado municipal Pedro Miguel Jorge quer saber o porquê do Ambiente, Ciência e Inovação junto com as Obras. É uma boa questão. Por mim, deviam estar separados. Dentro de dias, vamos fazer a consignação da Rede de Iluminação com a capacidade estratégica que conhecem e a capacidade de monitorização que lhe é inerente, que vem do executivo anterior, um investimento de 07 milhões de euros. É uma obra altamente estratégica para este Município e ninguém pode ter dúvidas em o afirmar. E nós queremos que fiquem muito claras duas coisas - primeiro, que o Concelho da Figueira da Foz, de facto, aposta na ciência, inovação e na investigação e que, a breve trecho, irá dar vários sinais, provas, testemunhos e concretizações, nesse sentido; e segundo, que nas intervenções, nomeadamente, nas obras municipais e em tudo o que sejam opções de governação neste Concelho, a inspiração dos ditames da vanguarda tecnológica estará presente na generalidade das opções que façamos.---

E, portanto, a Figueira da Foz quer ser uma cidade do presente e do futuro, onde se respira inovação, e para responder a outra pergunta sua, onde se podem contratar



investigadores e se podem desafiar a virem para cá.-----
Se há fundos que, neste momento, querem investir aqui no Conselho, ou perto dele ou nas suas águas territoriais, são fundos ligados exatamente à economia do mar e à economia azul, e fundos offshores a pretender fazer investimentos offshore e onshore. Daí que a Ciência, Inovação e Investigação têm de estar elevados ao nível de Departamento. Acho que isto está junto com as obras. Pensei na Cultura que é essencial e fica sempre bem acasalar, mas como conheço a Câmara por dentro, desta vez, neste período de tempo de 121 dias como estão fartos de referir, considero ser mais adequado juntar a Ciência, Inovação e Investigação a este Departamento das Obras.-----

Agora, dizem-me - é um dogma? Não por amor de Deus. Temos a certeza de ter razão? Não, mas, estamos convencidos de ser a melhor solução. Agora, isto joga muito também com o perfil das pessoas que sejam escolhidas para encabeçar esses Departamentos.

Nós temos de ter um Departamento de Obras preocupado, de facto, com a imagem da Cidade, com a maneira como acolhe os seus investigadores, eventualmente, nómadas digitais, como dar essa imagem da cidade que queremos. Tem de ter a certeza absoluta que não pode ter um estaleiro de obras no centro da cidade, como está aquele no antigo Terminal Rodoviário, durante meses sem que nada aconteça. Entre muitas situações, o departamento tem de saber o que é a palavra «tratar no dia», cumprir os prazos, ter a Cidade impecável e irrepreensível.-----

Isto não tem a ver com o Executivo A, B, C ou D, cada tempo tem as suas prioridades. O executivo anterior lançou e pôde concretizar na Zona Industrial a unidade da Universidade de Coimbra da Incubadora. Cada um lança o que pode e aquilo que escolhe e considera mais importantes para o Município. Nós estamos a procurar fazer o mesmo.-----

Nas obras não tenho dúvida nenhuma - temos de ter um Diretor de Departamento como já houve durante muitos anos na Câmara, porque é preciso uma coordenação diferente. O Urbanismo é uma questão de princípio.-----

Sinto mágoa por não propor já a criação de um Departamento de Assuntos Sociais, até porque a tarefa é imensa na área dos Assuntos Sociais, e não é só com essa receção das competências, citada pela deputada municipal Silvina Anadio Queiroz. Sobre este assunto também quero dizer o seguinte - reunimos por videoconferência com a senhora Delegada Regional da Segurança Social esta semana, a propósito das competências, porque a senhora Vereadora falou-me na vantagem de adiarmos essa



recepção de competências. Mas, a minha linha normalmente não é por aí, e custava-me que a Figueira da Foz fosse dizer não e tivéssemos de convocar os órgãos do Município para deliberarmos adiar a recepção das competências na área de Ação Social para 01 de dezembro.-----

No âmbito da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, uma série de municípios, como aqui já foi citado, disseram não querer receber essas competências, mas não as querem por causa da questão das verbas, uma negociação que, na minha opinião, já devia ter sido feita antes também por todos os municípios, no âmbito da Comunidade.-----

Eu perguntei quais as razões, e a Delegada Regional utilizou um argumento com peso - o facto da posse do Governo se ter atrasado e, em consequência, a aprovação do Orçamento de Estado se ter atrasado, bem como, as correspondentes transferências de verbas. Portanto, o Município eventualmente vai ter de fazer um esforço financeiro estimado em cerca de 30.000 euros, em média, durante os meses em que ainda não tenhamos Orçamento de Estado.-----

Agora, eu não critico, pelo contrário, aplaudo a decisão do executivo anterior a rececionar competências na área da saúde, e acho que nós o devemos fazer na área da Ação Social. Não tenho dúvida nenhuma que nestas matérias, como em tantas outras, o Poder Local trata melhor e resolve melhor. Custa muito, requer muito esforço, às vezes não há dinheiro para tudo, logo, exige negociação... Sem dúvida! Mas, a questão é que estando do outro lado não se resolve como deve ser, de certeza absoluta.-----

Neste tempo tão difícil, estamos ainda a sair da pandemia, não fica bem aos municípios, que passam a vida a reclamar a descentralização, quando ela vem e tem de vir acompanhada dos respetivos recursos financeiros, mas depois, responderem não...-----

Eu tenho quase a certeza absoluta que é do interesse da Figueira da Foz não protelar a recepção dessas competências porque não será prejudicada porquanto, a transferência de verbas respeita uma hierarquia correspondente à dimensão dos municípios. Normalmente, há uns mais prejudicados e outros menos.-----

Senhora deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, eu sei que Arganil não é comunista. Esse é o Concelho dos meus avós onde até recebi uma Medalha de Mérito e eu, na altura, até disse que ela deveria ser em nome deles pelas comissões de melhoramentos da sua freguesia. Sei bem que não é comunista. Agora, eu respeito que os municípios recusem, mas repito, aplaudo que o executivo anterior tenha



recebido as competências na área da saúde e quero receber em tempo na área da Ação Social. Vai exigir mais de todos nós? Muito bem, estamos cá para isso, se Deus quiser.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições conjugadas das alíneas b), c) e d) do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e alínea m) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambos na sua última redação, deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira e do Partido Social Democrata, vinte e quatro abstenções dos membros do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, e sem votos contra, aprovar a presente alteração da organização dos serviços municipais, criando (02) duas unidades orgânicas nucleares - o Departamento de Ambiente, Ciência, Inovação e Obras Municipais e o Departamento de Planeamento e Urbanismo - mantendo as restantes unidades orgânicas nucleares - o Departamento de Administração Geral e Finanças e o Departamento de Cultura e Turismo; (02) duas unidades orgânicas flexíveis - a Divisão de Ciência e Inovação integrada no Departamento de Ambiente, Ciência, Inovação e Obras Municipais, e a Divisão de Planeamento integrada no Departamento de Planeamento Urbanístico, fixando-se em (27) vinte e sete o número máximo de unidades orgânicas flexíveis; extinguindo o Gabinete de Apoio ao Novo Município e a Subunidade Orgânica de Núcleos Museológicos integrada na Divisão de Cultura, fixando-se em (11) onze o número máximo de subunidades orgânicas flexíveis; e, finalmente, alterando a designação e as competências do Serviço de Museu que passa a incluir os Núcleos e a denominar-se Serviço de Museus e Núcleos.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.5 - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2022

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a alteração ao Mapa de Pessoal de 2022 da Câmara Municipal da Figueira da Foz, nele se criando um posto de trabalho de Assistente Técnico, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo, para o Agrupamento de Escolas Figueira Norte de acordo com os rácios de pessoal não docente atribuídos para este ano letivo; e um lugar de Técnico Superior, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo



indeterminado, para o Serviço Veterinário Municipal, dado que se prevê para julho do corrente ano a aposentação do atual Médico Veterinário Municipal, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número três à presente ata.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 16 de fevereiro de 2022.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Eu queria dizer ao senhor Presidente da Câmara que eu tenho por costume, ler todos os documentos enviados para as sessões da Assembleia Municipal, sejam eles cinco ou vinte.-----

Senhor Presidente da Assembleia, será possível eu ainda dizer uma coisa ao senhor Presidente da Câmara em relação ao ponto anterior, não sendo uma declaração de voto?-----

Não há aqui nenhuma contradição em relação à descentralização. A descentralização e a proximidade da resolução dos problemas à população resolver-se-á com a instituição das Regiões Administrativas, porque essas são eleitas. Não são como as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional que são de nomeação política.-----

Por exemplo, agora em relação a este ponto eu vou colocar umas perguntas e da sua resposta dependerá a minha orientação de voto.-----

Não percebo por que razão o lugar de assistente técnico no Agrupamento de Escolas Figueira Norte é em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo e não por tempo indeterminado? Por quanto tempo é este contrato e por que razão não se aposta na contratação por tempo indeterminado deste trabalhador?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Anabela Tabaçó, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA ANABELA TABAÇÓ: "Isto tem a ver com os rácios definidos anualmente pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares. É assim que todos os anos, temos de cumprir esses rácios e os contratos são formalizados dessa maneira."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "A senhora Vereadora está-me a dizer que a precariedade deste trabalhador tem a ver com as orientações da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares!!!-----

É que, embora estejamos a perder população, porque há menos crianças e também há



motivos para nascerem menos crianças (as condições de vida das famílias não favorecem o aumento da natalidade neste país), não se prevê que a Escola não Agrupada e/ou os Agrupamentos de Escolas venham a perder tanta população estudantil que justifique que sejam abolidos contratos de trabalho, nomeadamente, assistentes técnicos, como é o caso aqui em análise. Por isso, continuo sem perceber a razão.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Anabela Tabaçó, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA ANABELA TABAÇÓ: “A Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares define os rácios por ano letivo e o Município tem de os cumprir. Estes são definidos em dois períodos do ano, no ano passado foram definidos provisoriamente em setembro e, agora, em janeiro apresentaram os rácios definitivos para o ano letivo 2021/2022. E, depois, há de ser da mesma forma no próximo ano.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1, 2 e 4 do art.º 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e nove votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, uma abstenção do membro da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Figueira da Foz do ano de 2022, nele se criando um posto de trabalho de Assistente Técnico, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo, para o Agrupamento de Escolas Figueira Norte de acordo com os rácios de pessoal não docente atribuídos para este ano letivo; e um lugar de Técnico Superior, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, para o Serviço Veterinário Municipal.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ apresentou a seguinte declaração de voto: “Cada vez que a Coligação Democrática Unitária se abstém ou vota contra postos de trabalho é acusada de se estar a contradizer, porquanto afirma defender o emprego, o trabalho com direitos e, depois, não vota a favor.”-----



Por isso queria deixar bem claro que a minha abstenção tem a ver com o facto de a Coligação Democrática Unitária querer emprego, mas como já referi anteriormente, emprego com direitos e não a qualquer custo. Exigimos estabilidade e em nosso entender o Estado, o Governo e os seus serviços descentralizados - câmaras municipais, juntas de freguesia, etc. - devem dar o exemplo."-----

5.6 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 18 DE DEZEMBRO DE 2020 - PARA CONHECIMENTO

Pelo Serviço de Contratação Pública, foi presente uma informação datada de 25 de janeiro de 2022, anexando a lista dos contratos celebrados ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida pela deliberação da Assembleia Municipal de 18 de dezembro de 2020, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número quatro à presente ata.-----

Este processo foi presente para conhecimento à reunião de Câmara de 02 de fevereiro de 2022.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, ao abrigo das disposições emergentes da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua última redação, tomou conhecimento dos contratos assumidos pelo Município da Figueira da Foz na abrangência da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida pela deliberação da Assembleia Municipal de 18 de dezembro de 2020.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Agora, concluída a nossa ordem de trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezanove horas e dez minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 1 da Sessão Ordinária de 25-02-2022

pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----